



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ATA N.º 08/XI-1º/2013-14

1 - Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, pelas 21H15, nos Bombeiros Voluntários de Almada, sitos na rua Cândido Capilé, nº 13, em Almada, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Projeto de Deliberação sobre a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal

3.2 - Projeto de Deliberação sobre a Constituição das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Municipal

3.3 - Projeto de Deliberação de Atualização da Composição do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada

3.4 - Designação de Cidadãos para Cargos Exteriores:

3.4.1 - De doze cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança (Lei nº 33/98, de 18 de julho, artigo 5º, nº 1, al. j)

3.4.2 - De representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Almada (efetivo e suplente), (Aviso 7730 - DR, 2ª Série, nº 69, de 8 de abril e Portaria nº 1474/2007, de 16 de novembro)

3.4.3 - De representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Observatório da Água da Península de Setúbal (efetivo e suplente), (Edital nº 137/IX-2º/2007, de 1 de outubro)

3.4.4 - De Autarca de Freguesia para Vogal do Conselho Cinegético Municipal (efetivo e suplente), (Decreto-Lei nº 202/2004 e Decreto-Lei nº 7/2011)



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 3.5 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
- 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE)”
- 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Desafetação de Parcela de Terreno, do Domínio Público Municipal, sita na Quinta da Ramalha, Freguesia do Pragal”
- 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do número de postos de trabalho, na Carreira de Educador de Infância, aprovada em reunião de Câmara e Assembleia Municipal de 05 e 15 de novembro de 2013”
- 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento excecional/constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado e indeterminado, para preenchimento de postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional”
- 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta de Acordo entre o Município de Almada e a REN sobre a Linha de Muito Alta Tensão (Fernão Ferro - Trafaria 2)”.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Rita Magda Pinheiro Pereira; Pedro Miguel de Amorim Matias; Nuno Filipe Miragaia Matias; João Rafael Faustino de Almeida; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 19 de fevereiro de 2014, (Ent. nº 875/XI-1º), (**Conforme Anexo I**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 19 de fevereiro de 2014, (Ent. nº 811/XI-1º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência no dia 19 de fevereiro de 2014 (Ent. nº 879/XI-1º), (**Conforme Anexo III**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de fevereiro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IV**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de fevereiro, da eleita Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo V**).
- O Candidato Senhor Paulo Filipe Pereira Viegas, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de fevereiro, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VI**).

4.2 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.4 - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 407/XI-1º ao 850/XI-1º do Expediente Enviado do nº 240/XI-1º ao nº 457/XI-1º, Atividade dos Membros da Mesa - Informação Nº 02/13-14, Reunião de Representantes dos Grupos Municipais - Súmula Nº 03/XI-1º/2013-14 e das Atas Nºs 04/XI-1º/2013-14, 05/XI-1º/2013-14, 06/XI-1º/2013-14 e 07/XI-1º/2013-14 e das Minutas das Atas Nºs 04/XI-1º/2013-14, 05/XI-1º/2013-14 e 06/XI-1º/2013-14 para posterior aprovação e ratificação.

5 - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação do Requerimento apresentado:

5.1 - Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes solicitando informações sobre “datas previstas para obras anunciadas nas Opções do Plano dos SMAS para remodelação e beneficiação das ETAR da Mutela e do Valdeão e tipo de intervenção previsto para as ETAR”.

5.1.1 - O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 04 de fevereiro de 2014, foi registado com a Entrada nº 783/XI-1º e designado de nº 02/XI-2º - BE.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.1.2 - O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 05 de fevereiro de 2014, através do ofício nº 416/XI-1º.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 - Usou da palavra a Múncipe Exm.^a Senhora Catiana Tavares, residente na Trafaria.

6.1.1 - A Múncipe Exm.^a Senhora Catiana Tavares:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estou aqui na qualidade de representar os moradores do Poço Torno, sei que o nome é um bocado esquisito mas ele existe que é o Poço Torno, na Trafaria. Venho comunicar perante os representantes da Câmara um assunto que já foi levantado há vinte anos atrás, pelas condições em que nós vivemos. É o seguinte: há um mês atrás aconteceu um incêndio no Poço Torno, que toda a comunidade da Câmara sabe e da Trafaria. A minha tia ficou sem casa. Essas condições já tinha sido alertado perante a Câmara e as condições em que nós vivemos é condições mesmo desumanas, mesmo precárias. Fazemos para ter um dia normal como qualquer ser humano. Falo por diversas coisas, invasão de ratos, podem dizer que num século XXI perante um Concelho de Almada, Freguesia da Trafaria, dizer que é impossível mas é verdade. Estou aqui com moradores, os meus vizinhos, somos uma comunidade muito pequenina, eu acho que há vinte anos atrás nós moradores merecíamos uma resposta. Foi feito um levantamento, está escrito na Câmara, eu moro há vinte anos numa casa, em 1994 foi feito um levantamento consoante as condições em que morávamos, iam lá e faziam um levantamento. Saber quantos moradores, a água não há, tem que se puxar água, tem que se puxar luz, porque as condições são mesmo precárias. E neste momento eu estou aqui a representar os meus vizinhos e que os representantes fizessem uma visita, era bom que fossem lá ver as condições, neste momento, no século XXI em Almada, Freguesia da Trafaria e as condições em que nós vivemos. Eu tenho trinta e seis anos, tenho uma filha com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

catorze anos, está na escola, como todos nós vivemos ali uma comunidade, estou aqui e estou um bocado nervosa porque é a primeira vez, mas se toda a gente pudesse falar também por si um bocadinho, o quanto nós vivemos. É o que tenho a dizer, eu gostava que fossem um bocadinho atrás e que fossem à Câmara e que vissem as condições, as reclamações, e que agora queremos uma resposta. Eu gostava de saber como é que fica a nossa situação.”

6.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Lídio Galinho, residente na Costa da Caparica.

6.2.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Lídio Galinho:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho falar hoje de um problema que está a acontecer na Costa da Caparica já vai fazer noventa dias, que é nós pescadores em noventa dias só conseguimos sair para a pesca dezassete dias em noventa dias. Estamos sem trabalhar e não é porque não queremos, é mesmo porque o tempo não deixa. Acontece que nós descontamos em lota para um fundo que se chama Fundo de Compensação Salarial. É fundo, é ativado ao fim de seis dias de a gente não poder trabalhar. Só que a gente ali na Costa da Caparica tem uma especificidade complicada, nós não podemos trabalhar quase o ano inteiro porque nós saímos a rebentação. Mas para aceder a este fundo tem que ser assinado pelo Capitão do Porto de Lisboa. Tem que a Barra estar fechada durante seis dias, só que a nossa Barra aqui em Lisboa nunca fecha. A Barra está sempre aberta, poderá estar condicionada à navegação, mas isso já depende do Capitão do Porto de Lisboa. Nós nunca ativamos na Costa da Caparica, devemos ser das únicas comunidades de pescadores a nível nacional que nunca ativamos este fundo. Porquê? Nós tínhamos a salvaguarda do rio Tejo, só que o rio Tejo tem tido muitas restrições à pesca e cada vez é mais complicado conseguir chegar ao rio Tejo. E este ano tivemos uma coisa, foi a abertura das barragens. Abrindo as barragens nós não conseguimos pescar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nem na frente atlântica porque está mau tempo como podem ter visto, o nosso próprio Presidente tanto da Junta como da Câmara e viram todos na televisão, nós não conseguimos sair nem na frente atlântica e neste momento dentro do rio Tejo também não conseguimos trabalhar. O que é que eu venho aqui hoje? Venho alertar para esta situação que é uma situação complicada que nós estamos a atravessar, não queremos subsídios, não estamos aqui para pedir subsídios a ninguém, sou contra isso, o que eu estou aqui a pedir é uma ajuda se for possível da Câmara, para ver se conseguimos avançar com este processo que é um processo muito burocrático e pede muita documentação, se era possível a Câmara fazer uma pressão sobre a Direção Geral das Pescas para ver se nós conseguimos obter alguma coisa daqui. Era só isto e obrigado a todos.”

6.3 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Ivan Gonçalves, residente em Almada.

6.3.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Ivan Gonçalves:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho em nome da Juventude Socialista trazer uma questão que preocupa neste momento os jovens almadenses e os jovens que estudam no Ensino Superior em Almada. Nos últimos tempos temos assistido a um aumento dos assaltos nas imediações do Campus da Faculdade de Ciência e Tecnologia e perto do metro no Monte de Caparica. Existe já uma petição que conta com mais de duas mil assinaturas da parte de jovens que estudam no Ensino Superior em Almada, para que se faça alguma coisa para que esta situação seja resolvida. Sabemos existem várias coisas que podem ser feitas entre as quais mais iluminação, mais policiamento, mais segurança nos metros, e dentro de uma dessas coisas que pode ser feita, a de maior iluminação, sabemos inclusive que e é público, o Vereador esteve na Faculdade de Ciência e Tecnologia a localizar esses sítios onde a iluminação pode ser aumentada. É óbvio que isto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

não é um problema de exclusiva competência da Câmara Municipal de Almada, mas isto não resolve em nada o problema dos jovens almadenses, os jovens que estudam em Almada.

Portanto, aquilo que nós vimos aqui colocar são no fundo três questões muito simples.

Em primeiro lugar se a Câmara reconhece que existe um problema de segurança nos transportes em Almada? Em segundo lugar, sabendo do problema que existe junto ao Campus da Faculdade de Ciências e Tecnologia, se a Câmara tenciona tomar medidas no sentido de atenuar este problema? E o terceiro, sabendo que o problema da iluminação já foi identificado, quanto tempo demorará a Câmara a resolver este problema e a colocar iluminação nos sítios devidos?

Três perguntas muito simples às quais nós gostávamos obviamente de ter resposta.”

6.4 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Nuno Miguel Vaz Salgueiro Correia, residente na Costa da Caparica.

6.4.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Nuno Miguel Vaz Salgueiro Correia:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que me traz aqui não é nada estudado, eu sou residente na Costa da Caparica, sou cidadão da autarquia e queria só aqui deixar uma questão que acho que embora esteja nos média que esteja agora mais aberta que é a questão do Polis. A questão do Polis efetivamente tem afetado a Costa de todas as maneiras e feitio, nós cidadãos da Costa, mas também cidadãos do Município sentimos que ao nível de infraestruturas estamos muito aquém de todas as outras Freguesias, a nível de saúde, educação, têm-nos tirado tudo, e agora tiram o Polis também. E a única coisa que eu queria aqui deixar, ainda não ouvi, estive no domingo, no que era suposto ser uma sessão de esclarecimento, mas eu peço muita desculpa, eu ouvi muitas perguntas às quais não foram respondidas e eu gostava de deixar aqui uma pergunta. Qual vai ser a solução da autarquia em relação ao Polis?



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Era só esta questão simples e básica.”

6.5 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal e a solicitação do Sr. Presidente da Câmara os Vereadores Rui Jorge Martins e José Gonçalves.

6.5.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria começar por agradecer à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada a disponibilidade que teve para a realização desta Assembleia Municipal, saudar todos os Múncipes, saudar todos os Deputados Municipais.

Em relação às questões colocadas pelos Srs. Múncipes, eu iria pedir ao Sr. Vereador Rui Jorge que em relação às questões relacionadas com que a Dona Catiana Tavares colocou, pudesse também dizer alguma coisa e depois eu diria também alguma coisa sobre alguns aspetos, mas pedia-lhe também que se referisse às questões e às iniciativas já tomadas pela Câmara em relação à situação dos assaltos frente à Faculdade de Ciências e Tecnologia, ou junto à Faculdade de Ciências e Tecnologia e depois pedia ao Sr. Vereador José Gonçalves que em relação à questão do Polis pudesse responder.

Sobre a situação da Pesca e estes problemas que estão colocados, nós tomamos a iniciativa para já não especificamente em relação à pesca, mas mais especificamente em relação aos concessionários dos apoios de praia de contactar o Ministério da Economia no sentido de esclarecer quais os apoios que estão disponibilizados para as pessoas que têm sofrido com as intempéries, já que ontem o Sr. Ministro fez referência a isso.

Portanto, nós escrevemos uma carta para que nos possam dizer exatamente quais são os apoios, as linhas de crédito e aguardamos agora que nos digam alguma coisa para podermos informar os afetados.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em relação aos pescadores, estamos disponíveis para levar a cabo a iniciativa que propõem. É só voltarem a marcar uma reunião, saber o que é que propõem e nós naturalmente não deixaremos de vos acompanhar, em relação a isto como em relação ao porto de abrigo da Cova do Vapor que já colocámos numa reunião que realizámos com a APL e também em relação ao Porto de Pesca da Trafaria. Essas questões estão em agenda, estão a ser tratadas.”

6.5.2 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas notas sobre questões colocadas que têm a ver com as minhas áreas. A Dona Catiana traz aqui a questão do Poço Torno, é uma questão que como coloca é acompanhada há muitos anos, desde pelo menos mil novecentos e noventa e três, quando se iniciou o Programa PER, que este recenseamento desta população é de uma população que está num terreno que é privado, mas que não nos impede de encontrar soluções como temos vindo a encontrar. Aliás bem recentemente existiram um conjunto de sessenta agregados familiares que foram realojados pela autarquia, agregados ligados ainda a esse plano de realojamento, esse programa de realojamento e outros sessenta que pretendemos ainda este ano concretizar e nos próximos anos cerca de cento e vinte por ano. Portanto, estas são propostas públicas com que a Câmara tem assumido, um compromisso público que a Câmara tem assumido, e naturalmente o Poço Torno é uma das situações que está a ser considerada, não deixando de ser considerado também a própria propriedade do terreno onde as habitações precárias existem. Estamos também a acompanhar a situação da família que ficou desalojada por via do incêndio que ali aconteceu, estão neste momento realojadas em instalações municipais e estamos a tentar encontrar uma solução para aquele problema.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Quanto à questão da segurança da Faculdade de Ciências e Tecnologia e nos transportes tivemos como foi referido pelo Ivan, tivemos várias iniciativas junto da GNR, junto da própria Reitoria da Faculdade e com a Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia, no sentido de encontrar uma forma articulada de combater, não sendo esta uma responsabilidade obviamente municipal, mas encontrar formas adequadas, cada um dentro das suas responsabilidades. Importa também ter em conta que o nível de insegurança para as próprias forças policiais, nomeadamente para a GNR, não era completamente conhecido. Uma coisa são os incidentes ou assaltos registados e a GNR num mês por exemplo tinha três, não era uma situação de considerar particularmente gravosa, mas que existem um conjunto de assaltos que não foram registados e que se encontrou uma solução com a própria Direção da Associação de Estudantes para que registem, porque havia a questão do posto mais perto da GNR ser na Trafaria, à deslocação, a tudo isto, à dificuldade de ser feita esta denúncia, isto também tem provocado que as próprias forças policiais não se tenham suficientemente mobilizado. Encontramos uma solução com a Associação de Estudantes. Neste momento as denúncias são registadas pela própria Associação de Estudantes e são transmitidas às forças policiais.

Já tivemos a identificação há poucos dias dos candeeiros que estão apagados, dos locais que necessitam de reforço de iluminação, já fizemos também desmatação nas zonas de caminho para a Residência Universitária, enfim no sentido de todos em conjunto contribuirmos para que a segurança daqueles estudantes seja mais garantida.”

6.5.3 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Nuno Correia, o que lhe queria dizer é que a intervenção municipal em defesa do Programa Estratégico do Polis da Caparica está bem determinado por decisões da nossa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assembleia Municipal e da nossa Câmara Municipal, que são públicas e conhecidas. Portanto o Município de Almada reivindica que haja uma intervenção que consagre o essencial daquilo que tinha sido estabelecido no Programa Estratégico, não abandonarmos a necessidade de requalificar do ponto de vista urbano e ambiental e de construir um conjunto de equipamentos para a área da Costa da Caparica. Portanto, é esse o nosso objetivo e o nosso trabalho. Como é conhecido opusemo-nos à extinção da CostaPolis que foi a empresa criada entre o Município e o Estado central, o Governo, para consagrar esse Plano Estratégico por decisão do acionista maioritário o Governo, no dia trinta e um de dezembro foi tomada uma decisão de extinção.

O nosso Município tinha em Assembleia Municipal deliberado que levaria à Assembleia Geral da Sociedade a proposta de prorrogação da intervenção da CostaPolis até 2017, apresentámos ao Governo um conjunto de soluções, de projetos de intervenção que nos pareciam urgentes, necessários e possíveis, sabemos de alguma dificuldade de recursos para a intervenção e estamos a intervir no âmbito das nossas competências municipais no território, assumindo todas as nossas responsabilidades e demonstrando naturalmente também grande disponibilidade para que não haja um vazio de intervenção na Costa da Caparica, para que haja uma entidade para cada uma das entidades do Estado central com responsabilidades e competências tenha intervenção no território e do nosso ponto de vista isso far-se-ia, ter-se-ia feito melhor se não tivesse sido tomada a decisão de extinção da CostaPolis. No entanto pensamos que esta decisão também pode ser revertida e que há neste momento razões para reivindicarmos que haja uma decisão rápida e urgente. O nosso Município tem solicitado uma Assembleia Geral urgente da CostaPolis para que sejam tomadas estas decisões. Portanto, era isto que eu lhe queria dizer. Da parte do nosso



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Município há uma grande unanimidade de intervenção na reivindicação de implementação do Plano Estratégico da Costa da Caparica.”

6.6 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 - Para apresentar Votos de Pesar usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal (apresentando os Votos de Pesar pelo falecimento dos Cidadãos Gilfredo Costa e Joaquim Cavalinha), informando de que ambos os votos foram subscritos por todos os Grupos Municipais e Partidos representados na Assembleia Municipal.

7.1.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

7.1.1.1 - Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Gilfredo Costa

“Faleceu no passado dia 16 de fevereiro, com 80 anos, vítima de doença prolongada, o Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Trafaria, Gilfredo Salgueiro Costa.

Sendo natural das Olaias, concelho de Torres Vedras, residia há longos anos na Trafaria e com orgulho assumia-se trafariense e almadense onde quer que estivesse.

Sócio da Associação dos Bombeiros da Trafaria desde 1988, foi eleito para a sua Direção em 1990 exercendo as funções de 2º e 1º Secretário entre 1990 e 2001. Em 2002 assume as funções de Vice Presidente da Direção que exerce até 2008. Em 2009 - 2010 é membro suplente da Direção e em 2011 regressa à Vice Presidência que exerce até abril de 2013, altura em que assume a Presidência da Direção.

Ao longo de um quarto de século o cidadão Gilfredo Costa foi um destacado dirigente contribuindo dedicadamente para o desenvolvimento e a sustentabilidade da sua Associação Humanitária e a coesão do Corpo de Bombeiros.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O Presidente Gilfredo foi um homem bom, sério e dedicado à causa do associativismo humanitário.

Pela sua ação e exemplo foi agraciado com a Medalha de Bronze de Bons Serviços do Município de Almada, atribuído pela Câmara Municipal em 2004 e com o Crachá de Ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses em 2013.

Importa neste momento de luto e sentimento de perda exaltar o exemplo do cidadão Gilfredo, a sua dedicação à causa dos Bombeiros Portugueses e ao associativismo popular.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Plenário no dia 19 de fevereiro de 2014, enaltece a generosidade, a dedicação e o altruísmo do cidadão Gilfredo Costa, manifesta o seu pesar e apresenta à sua Família e à Associação e Corpo de Bombeiros da Trafaria as mais sentidas condolências.”

7.1.1.2 - Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Joaquim Cavalinha

“Mais um naco da história da Costa da Caparica e do Concelho de Almada desaparece.

Faleceu no passado dia 12 de fevereiro, Joaquim Cavalinha, um dos arrais mais antigos das campanhas de arte-xávega da Costa da Caparica.

Mas o seu sentir, a sua nobreza, a sua arte, perdurarão como exemplo e referência das gentes caparicanas e da faina da pesca.

Este grande homem dos mares caparicanos, filho de pescadores, nasceu na Costa da Caparica em 1925 e nesta freguesia foi criado e labutou na dureza da vida de pescador.

Como nos declara recordando a Associação Gandaia “Joaquim Cavalinha, nascido e criado na Costa da Caparica, desde 1925 que vive do mar. Para ele, o mar não é descoberta recente.

Salgou-lhe o sangue.

Fala com a firmeza de quem sabe navegar o desconhecido, Homem habituado a impor as suas vontades às ondas, ao peixe, ao desespero ou à abundância.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Figura carismática Joaquim Cavalinha era um profundo conhecedor da vida e vivências da Costa da Caparica, do mar, da pesca e da profissão de pescador. Era testemunha privilegiada no contato com a força da natureza, com a força do mar, quase sempre extenuante, sabedor da tranquilidade de um momento ou de um tempo ser apenas aparente, pois a vida era dura, incerta e perigosa. A rotina exaustiva, e a hora da volta era sempre uma incógnita a cada dia.

Neste momento de luto e sentimento de vazio, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Plenária no dia 19 de fevereiro de 2014, curva-se respeitosamente em memória do cidadão Joaquim Cavalinha, manifesta o seu profundo pesar e à Família enlutada apresenta sentidas condolências.”

7.2 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

7.2.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Gilfredo Costa, apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi aprovado por unanimidade.

7.2.2 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Joaquim Cavalinha, apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi aprovado por unanimidade.

7.2.3 - Não havendo mais pedidos de palavra seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

7.3 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais João Geraldês (apresentando Moção/deliberação sobre Taxa Municipal de Direito de Passagem e Moção/Saudação ao Festival de Teatro de Almada pela atribuição do Prémio da Crítica 2013), Carlos Revés (apresentando Moção/Deliberação Contra o processo de alienação do Capital Social da Empresa Geral de Fomento - EGF), Nuno Vitorino (apresentando Moção/Deliberação sobre Intempéries na Costa da Caparica exigem medidas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

urgentes do Governo), Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação sobre Hospital Garcia de Orta e Moção/Deliberação sobre TST não responde às necessidades das populações), Nuno Gonçalves (apresentando Moção/Deliberação Por um Arsenal público ao serviço da Marinha), Carlos Guedes (apresentando Moção/Deliberação Contra o estacionamento pago no Hospital Garcia de Orta e Moção/Deliberação Sobre o novo regime jurídico na Área Metropolitana), Pedro Oliveira (apresentando Moção/Deliberação Pela remoção do amianto na EB2/3 da Trafaria e Em defesa do Serviço Nacional de Saúde), Ana Margarida Carvalho (Moção/Deliberação sobre Conclusões do Congresso ANAFRE), José Gabriel (apresentando Moção/Deliberação Pela reposição da semana de 35 horas), João Ricardo Quintino (apresentando Moção/Deliberação Pela recuperação da frente urbana de praias e revitalização da economia local), Manuel Bastos (apresentando Moção/Deliberação sobre Via ciclável Cacilhas - Parque da Paz), António Salgueiro (apresentando Recomendação sobre rede viária), Luísa Varela (apresentado Moção/Deliberação Pela defesa da nossa Costa), Paulo Sabino (apresentando Moção/Deliberação Um incentivo ao arrendamento), Ana Catarina Mendes, Luísa Ramos, Pedro Oliveira, Nuno Matias, António Maco, José Ricardo, Carlos Guedes e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.3.1 - O Sr. Deputado Municipal João Geraudes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.1.1 - Moção/Deliberação sobre Taxa Municipal de Direito de Passagem

A Lei das Comunicações Electrónicas, publicada no Diário da República em 10 de fevereiro de 2004 (Lei nº 5/2004) criou uma taxa designada “Taxa Municipal de Direitos de Passagem” (TMDP), estabelecendo no seu artigo 106º a possibilidade dos municípios instituírem esta taxa para aplicação nos respetivos territórios.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A TMDP é na verdade um imposto que suscita as maiores reservas relativamente à sua conformação constitucional. No que respeita à forma de cálculo, não resulta de uma qualquer contraprestação oferecida pelas entidades públicas titulares do direito à sua arrecadação - os Municípios - aos contribuintes que a pagam. Ao mesmo tempo, não são os contribuintes a quem é exigido o pagamento desta taxa que se constituem como sujeitos da relação tributária estabelecida, dado que os beneficiários diretos do direito a utilizar parcelas do domínio público municipal são as empresas fornecedoras de serviços de telecomunicações.

A TMDP, quando fixada pelos Municípios, recai assim sobre os utilizadores finais, que pelo simples facto de estabelecerem uma comunicação telefónica ou utilizarem uma rede de dados através da infraestrutura fixa, são sujeitos ao pagamento de uma taxa adicional que onera injustamente a respetiva fatura.

Os Municípios Portugueses reivindicam há longo tempo, e com inteira justiça, que a lei estabeleça mecanismos adequados para que possam ser ressarcidos dos ónus gerados sobre os seus territórios e do uso do seu domínio público pelas empresas concessionárias de serviços que utilizem infraestruturas de subsolo. O que não é aceitável neste quadro é que as empresas concessionárias de serviços essenciais, que obtêm grandes lucros, façam repercutir no consumidor final um custo que se prende exclusivamente com os custos internos da sua atividade empresarial.

O que não é aceitável é que empresas concessionárias de serviços essenciais que todos os anos obtêm lucros muito avultados, façam recair sobre os seus consumidores a TMDP, exigindo um ainda maior esforço aos cidadãos e às famílias no acesso a serviços essenciais.

A Câmara Municipal de Almada nunca fixou, desde a publicação da Lei nº 5/2004 há precisamente 10 anos, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Prescindido de uma receita que legitimamente lhe pertence - que resulta da aplicação de uma taxa municipal em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tudo comparável àquela que é aplicada à ocupação do espaço público na superfície - o Município de Almada sempre entendeu não dever fazer recair sobre os seus munícipes o ónus do pagamento dessa taxa, optando por não a fixar enquanto a lei permitir que os operadores possam fazer recair sobre os consumidores finais o pagamento do seu valor, decisão que mantém em 2014.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária em 19 e 20 de fevereiro de 2014, delibera:

1. Saudar a Câmara Municipal de Almada pela decisão de não aplicar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem no quadro legislativo atual, contribuindo desta forma para não sobrecarregar ainda mais os orçamentos familiares já tão degradados.
2. Exigir ao Governo que promova a alteração de uma lei desadequada, de forma a permitir introduzir equidade e justiça na relação estabelecida entre o legítimo interesse dos Municípios em ver ressarcida a ocupação e utilização de espaço de subsolo integrado no seu domínio público ou privado, que os lucros obtidos pelas empresas concessionárias devem suportar, e o inalienável direito à utilização desse subsolo para instalação e passagem de infraestruturas e outros equipamentos das redes de telecomunicações pelas empresas fornecedoras desses serviços essenciais às populações.”

7.3.1.2 - Moção/Deliberação sobre Saudação ao Festival de Teatro de Almada pela atribuição do Prémio da Crítica 2013

O Festival de Teatro de Almada foi distinguido no início do mês de fevereiro com o Prémio Nacional da Crítica 2013, atribuído pela Associação Portuguesa de Críticos de Teatro.

O júri do Prémio fundamenta a decisão tomada qualificando o Festival de Teatro de Almada como “*um caso exemplar do teatro português*”, e sublinha com ênfase que o Festival garante uma qualidade “*em incessante progressão, e [uma] relação com o público [que] é um modelo*”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de funcionamento social das práticas artísticas” sem contudo, e são ainda as palavras do Júri do Prémio, “concessões a populismo e gigantismo megalómano, e sem recurso à legitimação social e política que, em muitas das atuais políticas culturais, assenta essencialmente em pressupostos mercantilistas e quantitativos”.

Trata-se de uma distinção que enaltece a qualidade que o Festival de Teatro de Almada granjeou ao longo das três décadas, em que ano após ano, sem interrupções, é posto em cena fundado numa parceria entre a Câmara Municipal de Almada e a Companhia de Teatro de Almada, num contínuo esforço de cooperação que guindou o Festival ao patamar da excelência, transformando-o numa das mais importantes mostras de teatro que se realizam em Portugal e na Europa.

O Prémio Nacional da Crítica 2013 atribuído ao Festival de Teatro de Almada constitui uma distinção que traduz, igualmente, o reconhecimento da crítica sobre a importância e a validade de uma aposta intensa e permanente numa produção cultural de qualidade e excelência, que tem constituído a linha mestra da produção da Companhia de Teatro de Almada e uma linha de orientação fundamental da intervenção municipal ao nível da promoção da cultura e do seu usufruto, apresentando-se por isso também como um justo corolário do 30º aniversário do Festival, vivido precisamente na sua edição realizada em 2013.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2014, delibera:

1. Felicitar o Festival de Teatro de Almada, a Companhia de Teatro de Almada e a Câmara Municipal de Almada pela distinção conferida pela Associação Portuguesa de Críticos de Teatro.
2. Expressar um voto de louvor pelo trabalho de grande qualidade desenvolvido ao longo de três décadas pelo Festival de Teatro de Almada, e ao longo de 36 anos pela Companhia



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de Teatro de Almada, exortando a que a parceria estabelecida entre a Câmara Municipal e a Companhia de Teatro prossiga e se aprofunde, em especial no caminho da promoção do Teatro, mas igualmente da Cultura e das Artes em geral, que o Projeto do Teatro prosseguido e executado em Almada tão bem interpreta.”

7.3.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Contra o processo de alienação do capital social da Empresa Geral do Fomento (EGF)

No passado dia 30 de janeiro de 2014, foi aprovado em conselho de ministros o diploma que consagra o processo de alienação de 100% do capital social que o Estado detém na Empresa Geral do Fomento (EGF).

Com esta aprovação fica, uma vez mais, provado o profundo desrespeito que este governo tem pelo Poder Local Democrático, e a sua total e profunda submissão aos interesses do capital privado, privatizando um sector, rentável, de primordial importância para as populações e para o ambiente.

De facto, não só os municípios não tiveram intervenção direta em todo este processo, como se impunha sendo eles acionistas dos sistemas multimunicipais que integram o grupo EGF, como também esta aprovação surge apenas 2 dias após a ANMP ter emitido o seu parecer negativo (solicitado com caráter de urgência), que traduz a posição da esmagadora maioria dos municípios sobre esta intenção de privatização, mas que nem foi levado em consideração pelo governo, que somente pretendeu cumprir um “formalismo legal” para uma decisão que, na prática, já estava tomada.

O município de Almada integrou o sistema multimunicipal da península de Setúbal, transferindo as suas competências legais para uma empresa de capitais estritamente públicos,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a Amarsul, no pressuposto da defesa do interesse público e da criação de parcerias que permitissem a resolução de problemas ambientais e a melhoria da saúde pública.

Todos estes princípios, que estiveram na génese do sistema, serão agora, e a concretizar-se esta privatização, postos de lado unilateralmente pelo acionista Estado, em clara violação da confiança contratual, não tendo sequer os municípios acionistas, se assim o entendessem, a possibilidade de compra da posição do Estado na Amarsul, por forma à manutenção desta na esfera pública.

Este decreto-lei de privatização da EGF, a par com os diplomas aprovados pela Assembleia da República no passado dia 24 de janeiro sobre os Estatutos da ERSAR e o Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, lesam os interesses das Autarquias e a sua autonomia constitucionalmente consagrada, lesam os interesses das populações, lesam o serviço público e o ambiente.

Assim, considerando o exposto e também a deliberação “Contra a privatização da Empresa Geral de Fomento”, tomada na sessão extraordinária desta Assembleia Municipal, a 14 de novembro de 2013,

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 20 de fevereiro de 2014, delibera:

1. Reiterar, uma vez mais, a sua firme e absoluta oposição ao processo de privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF);
2. Solicitar ao Sr. Presidente da República a não promulgação do decreto-lei da privatização da EGF, aprovado em conselho de ministros no passado dia 30 de janeiro de 2014, bem como dos diplomas aprovados na Assembleia da República a 24 de janeiro, referentes aos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Estatutos da ERSAR e ao regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;

3. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que, em conjunto com os restantes municípios da península de Setúbal, acionistas da Amarsul, e com os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, estude as ações e medidas a tomar que permitam a manutenção do sector dos resíduos urbanos na esfera pública, na defesa do interesse público, do ambiente e das populações.”

7.3.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Vitorino (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Intempéries na Costa da Caparica exigem medidas urgentes do Governo

O Inverno que atravessamos tem fustigado com particular violência a Costa Atlântica do nosso Concelho. No princípio de janeiro e mais recentemente por várias vezes no mês em curso, a forte agitação marítima com galgamento das estabelecidas fronteiras naturais e artificiais, provocou sérios danos ambientais e materiais, tendo-se verificado, nomeadamente a destruição do cordão dunar na Praia de São João, queda de parte do paredão no bairro do 2º torrão, prejuízos vários na Cova do Vapor e na frente urbana de praias destruição de equipamentos públicos, como bancos e escadas de acesso às praias, bem como danos avultados em apoios de praias, bares e restaurantes.

O sucedido assinala a imprudência no atraso na alimentação artificial das praias urbanas da Costa da Caparica, cuja 3ª fase, correspondente a 500 000 m³ de areia, prevista primeiro para 2011 e depois para 2012, ainda se encontra por executar, e a tê-lo sido feito teria provavelmente evitado ou reduzido significativamente os prejuízos materiais ocorridos e o agravar da situação do cordão dunar. Estes mesmos acontecimentos, e os prejuízos deles



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

decorrentes nas zonas públicas e para os concessionários e proprietários de apoios de praias, bares e restaurantes que em resultado da dissolução da Sociedade Costa Polis se deparam agora com a dificuldade acrescida de ausência de interlocutor para a resolução dos seus problemas, reforça também a razão desta Assembleia Municipal e do Município de Almada quando apontaram o erro desse caminho, assinalando o grave vazio que tal decisão iria gerar na gestão da área de intervenção do Programa.

A extensão dos danos e o alarme social causado, bem como a defesa da segurança futura de pessoas e bens exigem medidas urgentes do Governo e por parte das entidades com responsabilidades nesta área, designadamente da Agência Portuguesa para o Ambiente e da Administração do Porto de Lisboa.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 20 de Fevereiro de 2014 delibera:

1. Reclamar do Governo que determine as medidas urgentes para recuperar as infraestruturas danificadas pelo mau tempo na Costa da Caparica, na Cova do Vapor e no Bairro do 2º torrão, incluindo o arranjo dos apoios de praia, bares e restaurantes concessionados na Costa da Caparica e o necessário apoio para que possam retomar a sua atividade;
2. Exigir ao Governo que tome medidas urgentes com vista à execução, em atraso, da 3ª fase da alimentação artificial das praias urbanas da Costa da Caparica, considerando o eventual reforço que tecnicamente venha a ser considerado necessário à reposição da segurança proporcionada pelo cordão dunar e ao bom estado das praias;
3. Considerar absolutamente necessário que o Governo tome medidas urgentes para ultrapassar o vazio decorrente da dissolução da Sociedade CostaPolis, que correspondam às necessidades de gestão do território intervencionado, bem como com vista à concretização do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Costa da Caparica;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4. Solicitar ao Governo para que proceda urgentemente para o efetivo funcionamento da Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica, criada pelo Despacho nº11.191/2007 do Secretário de Estado do Ordenamento do Território.”

7.3.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.4.1 - Moção/Deliberação sobre O Serviço Nacional de saúde e o Hospital Garcia de Orta

“O direito à saúde consagrado na Constituição da República Portuguesa depende do regular funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, universal e tendencialmente gratuito, nas suas várias vertentes, designadamente na prevenção, através dos cuidados primários, onde assume particular importância o acesso a meios de diagnóstico e consultas de especialidades.

A frequência com que os doentes e seus familiares são confrontados nas longas horas de espera, para serem observados e tratados, nas urgências do Hospital Garcia de Orta, ao contrário do que é afirmado pelo governo, está longe de ser “situações pontuais.”

Esta realidade, tantas vezes denunciada pelos utentes e retratada, também pela comunicação social, tem sido objecto de várias tomadas de posição por parte da Assembleia Municipal de Almada.

Reafirmamos que na origem da sobrelotação do serviço de urgências do HGO estão, fundamentalmente, as que resultam das constantes “reorganizações” dos cuidados de saúde primários que conduziram à destruição de serviços de proximidade, encerramento de SAP’s, horários de funcionamento dos centros de saúde desajustados das necessidades das populações.

Acresce que a não concretização da construção do hospital no concelho do Seixal acentua e agrava as dificuldades existentes para a generalidade das populações servidas pelo Hospital Garcia de Orta, especialmente para os habitantes do concelho de Almada, com reflexos,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

também, no aumento dos tempos de espera para consultas de especialidades, exames complementares de diagnóstico e cirurgias.

Está cada vez mais claro para os utentes, que as políticas de subfinanciamento, de cortes sistemáticos nos orçamentos do Serviço Nacional de Saúde, da lei dos compromissos imposta para a gestão dos hospitais públicos, bem como uma persistente ofensiva contra os profissionais de saúde, conduzem à degradação da qualidade dos serviços prestados.

Por isso as lutas desenvolvidas pelas populações, comissões de utentes e eleitos no Poder Local Democrático na defesa do SNS são justas e devem merecer a atenção do governo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sessão ordinária nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2014 decide reafirmar junto do governo:

- a) a necessidade do alargamento dos horários de funcionamento dos centros de saúde bem como a reposição dos Serviços de Atendimento Permanentes;
- b) a urgente concretização da construção do hospital no concelho de Seixal;
- c) manifestar solidariedade com as lutas desenvolvidas pelas populações e utentes dos concelhos de Almada e Seixal em defesa do Serviço Nacional de Saúde e da melhoria do serviço prestado pelo Hospital Garcia de Orta.”

7.3.4.2 - Moção/Deliberação sobre TST não responde às necessidades das populações

“Em menos de dois meses a empresa TST procedeu a mais um conjunto muito vasto de cortes de carreiras e alterações de percursos.

Com efeito, às alterações introduzidas em dezembro de 2013, que mereceu a aprovação duma moção/deliberação na Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, realizada em 18 de dezembro de 2013 contra tais medidas, soma-se mais uma enorme redução na oferta, em vigor desde o passado dia 1 de fevereiro.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

De novo estas alterações entraram em vigor antes de terminar o prazo dado pela Autoridade Metropolitana de Transportes à Câmara Municipal para elaboração do seu parecer e posterior ponderação.

Esta empresa detentora da concessão para a prestação do serviço público de transporte rodoviário, recebendo, por isso, milhões de euros de indemnizações por parte do Estado, ao reduzir sistematicamente a oferta, põe em causa o direito à mobilidade das populações, afasta os utentes dos transportes públicos, fomenta a utilização do transporte individual, com todos os custos associados, ambientais, energéticos e económicos.

Não é aceitável que esta empresa retire autocarros das carreiras programadas para os colocar nos serviços de aluguer.

A Assembleia Municipal de Almada reitera a afirmação de que o transporte público é um serviço essencial, não podendo, por isso, estar condicionado pelos objectivos do lucro dos operadores privados.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 20 de fevereiro de 2014 decide reafirmar a sua discordância com as “ reorganizações da rede de transportes” impostas pela empresa TST. Decide ainda:

- a) exigir do governo e dos organismos que tutela o cumprimento das obrigações de serviço público ao serviço das populações;
- b) exigir à Autoridade Metropolitana de Transportes que respeite os pareceres negativos emitidos pela Câmara Municipal de Almada e dessa forma não autorizar os TST a proceder a tantas e profundas alterações nos horários e percursos;
- c) exigir dos TST a reposição e alargamento de carreiras e horários para uma cobertura eficaz das necessidades das populações de todas as localidades do concelho de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

d) manifestar solidariedade com as ações de luta das populações e utentes em defesa de melhores transportes públicos.”

7.3.5 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Gonçalves (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Por um Arsenal público ao serviço da Marinha

“O recente despacho do Ministro da Defesa Nacional, adjudicando por ajuste direto uma “pequena reparação” do submarino N.R.P Tridente ao estaleiro da Thyssen Systems GmbH (Alemanha) é mais uma atitude do Governo, esclarecedora das suas reais intenções para o Arsenal e os seus trabalhadores. O Arsenal tem capacidade para reparar a frota da Marinha! Os trabalhadores do Arsenal estiveram meses na Alemanha em formação para intervir nos submarinos.

Estamos a falar de uma intervenção que vai custar aos contribuintes portugueses cerca de cinco milhões de euros, mais IVA, dinheiro esse que vai ser retirado à economia do país, ao aparelho produtivo nacional e entregue diretamente a Alemanha.

A conclusão a retirar é a de que esta é mais um passo na destruição e desmantelamento do Arsenal e o seu afastamento em relação à Marinha, com as consequências nefastas, como sempre afirmámos mais esta decisão de Governo, têm em relação ao futuro aos seus trabalhadores do Arsenal e da indústria de reparação naval.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 19 e 20 de Fevereiro, em sessão ordinária, delibera:

- 1- Manifestar a sua solidariedade a todos os trabalhadores do Arsenal, e aos seus ORT`S.
- 2- Manifestar a sua solidariedade e apoio as lutas de massas desenvolvidas e que venham a desenvolver pelos trabalhadores do Arsenal, na defesa dos seus postos de trabalho e de um Arsenal público e ao serviço da Marinha e do País.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.3.6 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.6.1 - Moção/deliberação Contra o estacionamento pago no Hospital Garcia de Orta

O Hospital Garcia de Orta - Entidade Pública Empresarial (EPE) situa-se em Almada e dá resposta às populações residentes no distrito de Setúbal, designadamente nos concelhos de Almada e Seixal. De acordo com a informação disponível no Portal da Saúde, esta unidade hospitalar dispõe de urgência geral com nível polivalente e de urgência pediátrica e obstétrica/ginecológica com nível de urgência designado como apoio perinatal diferenciado.

O Hospital situa-se numa zona do concelho cujos acessos pedonais não são fáceis e onde os transportes públicos são deficitários. Assim, muitos utentes e também os funcionários do hospital veem-se impelidos a utilizar viatura própria para acederem ao hospital. Todavia, apesar da falta de alternativas, utentes e funcionários passaram a ter que pagar para estacionar a sua viatura. Esta situação acarreta evidentes constrangimentos para todos os envolvidos.

Por um lado, os funcionários são obrigados a adquirir um chip que deverão colocar na viatura e terão que pagar uma avença mensal. Apesar deste pagamento, contudo, os funcionários poderão não conseguir estacionar a viatura, uma vez que os lugares disponíveis são 500 e os funcionários são mais de 2500. Acresce ainda que os horários de trabalho dos funcionários hospitalares implicam muitas vezes longas jornadas de trabalho, chegando às 24 horas, em períodos que são muitas vezes incompatíveis com a utilização de outro transporte que não a viatura própria.

Por outro lado, os utentes são obrigados a pagar o estacionamento sempre que se dirijam ao hospital, seja para consultas, para urgências ou para visitar pessoas internadas. A isenção de pagamento existe apenas para os primeiros trinta minutos, tendo depois que se pagar, por



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

cada período de 15 minutos, pelo menos 0,30€ durante o dia e 0,20€ durante a noite, num valor máximo de oito euros. Isto significa que um utente que se dirija ao serviço de urgência do hospital - que tem registado períodos de espera de longas horas - poderá facilmente ter que pagar oito euros de parque, além dos vinte euros de taxa moderadora! Este é um valor manifestamente difícil de encaixar no orçamento de muitas famílias, já muito penalizadas pelos cortes salariais, cortes nas pensões, aumento das taxas moderadoras entre muitas outras medidas de austeridade que este governo tem vindo a implementar.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 20 de fevereiro de 2014, pronuncia-se contra o pagamento de estacionamento no Hospital Garcia de Orta e associa-se aos processos de luta entretanto iniciados por funcionários e utentes deste Hospital.”

7.3.6.2 - Moção/Deliberação Sobre o novo regime jurídico na Área Metropolitana

Considerando que:

- 1 - As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos (artigo 235.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa).
- 2 - A organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial perante ela responsável (artigo 239.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa).
- 3 - A assembleia é eleita por sufrágio universal, direto e secreto dos cidadãos recenseados na área da respectiva autarquia, segundo o sistema da representação proporcional (artigo 239.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa).
- 4 - O órgão executivo colegial é constituído por um número adequado de membros, sendo designado presidente o primeiro candidato da lista mais votada para a assembleia ou para o executivo, de acordo com a solução adoptada na lei, a qual regulará também o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

processo eleitoral, os requisitos da sua constituição e destituição e o seu funcionamento (artigo 239.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa).

- 5 - Conforme se conclui do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 296/2013, as Áreas Metropolitanas são verdadeiras autarquias locais: *“Quando não equipara o regime destas novas entidades intermunicipais diretamente ao regime jurídico estabelecido para as autarquias locais, o legislador equipara-o ao de outras formas de organização territorial autárquica, como acontece ao nível orgânico, com a definição dos respetivos órgãos e regime por remissão expressa e quase integral para a estrutura orgânica das áreas metropolitanas.”*
- 6 - O regime jurídico das Áreas Metropolitanas encontra-se inscrito no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de Setembro, aí se prevendo que:
- a) São órgãos da área metropolitana o conselho metropolitano, a comissão executiva metropolitana e o conselho estratégico para o desenvolvimento metropolitano (artigo 68.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de Setembro);
 - b) O conselho metropolitano é o órgão deliberativo da área metropolitana (artigo 69.º, n.º 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);
 - c) O conselho metropolitano é constituído pelos presidentes das câmaras municipais que integram a área metropolitana (artigo 69.º, n.º 2 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);
 - d) A comissão executiva metropolitana é o órgão executivo da área metropolitana (artigo 73.º, n.º 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);
 - e) A eleição da comissão executiva metropolitana compete às assembleias municipais, sob proposta do conselho metropolitano (artigo 74.º, n.º 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 7 - Se pode assim concluir pela inconstitucionalidade dos artigos 68.º e 69.º, n.º 2, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, por violação do artigo 239.º, n.º 1 e n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, na medida em que o órgão deliberativo desta autarquia local (ou se se preferir *“outra forma de organização autárquica”*, conforme o artigo 236.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa), não é eleito por sufrágio universal, direto e secreto dos cidadãos recenseados na área da respectiva autarquia, segundo o sistema da representação proporcional.
- 8 - Igualmente o artigo 74.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro viola o artigo 239.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa, ao não prever que seja designado, como presidente do órgão executivo, o primeiro candidato da lista mais votada para a assembleia ou para o executivo, não se impondo aqui, pelo menos, a eleição direta do presidente do órgão executivo.
- 9 - Aliás, semelhante questão se levantou ao Senhor Presidente da República, quanto às Comunidades Intermunicipais, em sede de requerimento de fiscalização preventiva de normas contidas nos Decretos n.º 132/XII e n.º 136/XII: *“Para além disso, se as comunidades intermunicipais forem consideradas autarquias locais atípicas, então as regras relativas à composição e estatuto do seu órgão deliberativo não obedeceriam ao princípio da representação democrática direta estabelecido no artigo 239.º, nºs 1 e 2, da Lei Fundamental.”*. O Tribunal Constitucional não conheceria desta matéria por haver declarado a inconstitucionalidade por razões prévias (cfr. Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 296/2013).
- 10 - As atribuições das áreas metropolitanas, bem como as competências dos seus órgãos, pela sua centralidade e vastidão exigem um maior controlo democrático da atuação dos seus órgãos, pelo que para além da exigência constitucional, relevam também motivos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de ordem política para ditar a conveniência da eleição direta do órgão deliberativo das áreas metropolitanas.

- 11 - O sistema de governo das áreas metropolitanas, para além de inconstitucional, é confuso e opaco, impondo-se não apenas uma solução conforme à Constituição, mas sobretudo uma solução democrática.
- 12 - No passado dia 16 de Janeiro, a lista única candidata à Comissão Executiva Metropolitana, apresentada pelo Conselho Metropolitano, foi rejeitada na maioria das Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, obrigando à repetição do ato eletivo.
- 13 - De facto, na eleição da Comissão Executiva Metropolitana, os membros das Assembleias Municipais não têm possibilidade de escolha entre alternativas, porque a lista a votação é obrigatoriamente única, por força da própria Lei, como resultado de apenas o Conselho Metropolitano, constituído pelos presidentes de Câmara, ter a prerrogativa exclusiva de apresentação de lista de candidatura.
- 14 - Os deputados/as municipais elegem um órgão em que não participam, com o qual nunca terão qualquer ligação direta e sobre o qual nunca poderão exercer qualquer escrutínio sério e efetivo da sua atuação, desde logo porque as suas reuniões não são públicas, mas também porque os deputados/as municipais não dispõem de qualquer mecanismo de acompanhamento e de fiscalização da Comissão Executiva Metropolitana ou de qualquer outro órgão da Área Metropolitana.
- 15 - É inaceitável que, por falta de qualidade legislativa ou por falta de respeito pelas Assembleias Municipais, o nº 5 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 refira que compete ainda à Assembleia Municipal convocar o “secretariado executivo metropolitano”, quando tal órgão nem sequer existe nas Áreas Metropolitanas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 16 - A Área Metropolitana, adquirindo responsabilidades importantes, como a participação na gestão dos fundos do QREN, não devia exercer tais competências afastada das populações e dos órgãos autárquicos representativos.
- 17 - A rejeição da lista única para a Comissão Executiva Metropolitana, logo na sua primeira eleição, apesar de ter sido composta por uma coligação aparentemente maioritária segundo os critérios da Lei 75/2013, não pode deixar de suscitar a fragilidade do modelo e a sua desconformidade democrática, quando exclui a participação efetiva das Assembleias Municipais, blinda os seus órgãos face a qualquer escrutínio exterior e se afasta, indesejavelmente, dos cidadãos metropolitanos, não considerando, nomeadamente, o preceito constitucional da eleição direta do órgão correspondente à assembleia deliberativa.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 20 de fevereiro de 2014, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

I - Solicitar a Suas Excelências o Senhor Presidente da República, a Senhora Presidente da Assembleia da República, o Senhor Primeiro-Ministro, o Senhor Provedor de Justiça e o Senhora Procuradora-Geral da República que suscitem junto do Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva da constitucionalidade:

- 1) Dos artigos 68.º e 69.º, n.º 2, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, por violação do artigo 239.º, n.º 1 e n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, na medida em que o órgão deliberativo desta autarquia local (ou se se preferir *“outra forma de organização autárquica”*, conforme o artigo 236.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa), não é eleito por sufrágio universal, direto e secreto dos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

cidadãos recenseados na área da respectiva autarquia, segundo o sistema da representação proporcional;

- u) Do artigo 74.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, por violação o artigo 239.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa, ao não prever que seja designado, como presidente do órgão executivo, o primeiro candidato da lista mais votada para a assembleia ou para o executivo, não se impondo aqui, pelo menos, a eleição direta do presidente do órgão executivo.

II - Expressar que as Áreas Metropolitanas devem ser dotadas de órgãos com legitimidade eleitoral resultante de sufrágio direto, devendo o respectivo regime jurídico ser alterado em conformidade.”

7.3.7 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.3.7.1 - Moção/Deliberação Pela remoção do amianto na EB2/3 da Trafaria

Completaram-se 3 anos no passado dia 9 de fevereiro, que entrou em vigor a Lei n.º 2/2011 que impõe a remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos. O Governo, entre outras entidades públicas, desrespeita o que estabelece a lei, revelando uma completa indiferença ao facto de, a sua postura, implicar graves prejuízos para a saúde de centenas de alunos, professores e trabalhadores da EB 2,3 da Trafaria.

Desde 1 de janeiro de 2005 que a utilização do amianto está proibida na União Europeia (Diretiva 1999/77/CE) por, comprovadamente, ser produto altamente tóxico e que poderá provocar cancro pulmonar, entre outras doenças do foro respiratório, causadas pela inalação continuada, das partículas dispersas no ar, devido a fissuras nas estruturas. Diz esta lei que compete ao governo calendarizar a remoção do amianto mas, antes disso, no artigo 4.º, n.º



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1, desta lei, é dito que o portal do governo deverá tornar pública a listagem de edifícios públicos que contêm aquele produto cancerígeno.

Sabe-se que em 2007 o MEC identificou 739 escolas em que o amianto estava presente, ou seja, só 2 anos depois da proibição pela UE é que, em Portugal se ficou a saber que 60,5% das 1.222 escolas dependentes da Administração Central continham amianto.

Entretanto, foram necessários mais 4 anos, até 2011, para que fosse publicada a lei que impõe a remoção do amianto, mas, 3 anos após a sua publicação, ainda não se encontra no portal do governo a listagem completa. Desconhece-se também qualquer iniciativa do MEC para, dando cumprimento ao artigo 7.º da Lei 2/2011, “prestar informação a todos os utilizadores desse edifício da existência de amianto e da previsão do prazo de remoção desse material”.

Ora, a EB2,3 da Trafaria é uma das escolas que tem vindo a apresentar problemas estruturais ao nível das placas de amianto, o que representa um perigo para a saúde pública. A questão tem sido insistentemente colocada pelo Conselho Geral sempre que são apresentadas as linhas orientadoras do Orçamento, propondo-se a sua substituição.

Em relação à ação do MEC no sentido de retirar o amianto das escolas, conhece-se uma lista de 52 escolas, das quais faz parte a EB2,3 da Trafaria e que, em 1 de março de 2013, constavam do programa para remoção de placas contendo amianto. Só que, por razões que se prendem com questões de ordem financeira, entre outras, a remoção não se verificou.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária em 20 de fevereiro de 2014, delibera:

Exigir ao Ministério da Educação e Ciência a remoção do amianto na EB2,3 da Trafaria, tendo em atenção os riscos de saúde em que se encontram os alunos, professores e trabalhadores.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.3.7.2 - Moção/Deliberação Em defesa do Serviço Nacional de Saúde pelo funcionamento das urgências do HGO

Este foi um inverno particularmente rigoroso e marcado por muitas notícias sobre a ruptura nos serviços de urgência de vários hospitais do país. Como é do conhecimento geral e, em particular, da população de Almada, o Hospital Garcia de Orta foi demasiadas vezes protagonista na comunicação social pelas piores razões.

Durante os primeiros meses de 2014 assistimos, sistematicamente, ao relato de utentes que passaram cinco, sete, dez e mais horas nas urgências do Hospital Garcia de Orta, muitas vezes regressando a casa ou tendo de recorrer a outros serviços de saúde.

Sabemos que o Hospital Garcia de Orta (HGO) recebe nas suas urgências um número superior à media de casos graves e muitos graves, para além de se tratar de uma urgência polivalente, o que exigiria, à partida, um reforço de meios no serviço de Urgências.

É também do conhecimento geral que em abril de 2013 o HGO passou a ser o hospital de referência para os hospitais do Barreiro e de Setúbal, mas isto não significou um aumento dos recursos humanos disponíveis, apenas um aumento de doentes.

Com a implementação da Urgência Metropolitana de Lisboa, a partir de julho de 2013, o HGO passou a ter de contribuir com equipas em certas especialidades para a Urgência Metropolitana (em Lisboa). O resultado é que o HGO ficou ainda mais desfalcado em certas especialidades.

Não bastassem todas estas medidas que sobrecarregaram as urgências do Hospital Garcia de Orta, e o subfinanciamento que este Governo tem imposto ao Serviço Nacional de Saúde, o HGO tem vindo também a perder especialistas essenciais, como anestesistas, para o sector privado, sem ter capacidade para recrutar profissionais em número suficiente para satisfazer as necessidades da população servida pelo Hospital.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 20 de fevereiro de 2014, pronuncia-se pela defesa do Serviço Nacional de Saúde, apelando ao Governo e ao Ministério da Saúde que dotem o Hospital Garcia de Orta dos meios necessários para satisfazer as necessidades do seu serviço de urgência polivalente.”

7.3.8 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho - Presidente da Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Conclusões do Congresso ANAFRE

Realizou-se nos passados nos dias 31 de Janeiro e 01 e 02 de Fevereiro o XIV Congresso Nacional da Associação Nacional de Freguesias, ANAFRE, onde estiveram cerca de 850 delegados em representação das Juntas e Assembleias das Freguesias associadas da ANAFRE.

O Congresso legitimou os Órgãos Sociais da ANAFRE a prosseguir o seu trabalho no sentido da dignificação das Freguesias e dos seus Eleitos, com base nas seguintes linhas de orientação

- As Freguesias querem ver revogadas as Leis nºs 73 e 75 de 2013.
- As Freguesias querem ver publicada uma nova Lei das Finanças Locais que estabeleça um valor mínimo digno para o seu funcionamento e para o exercício das suas competências; que elimine o critério de Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU) na distribuição dos recursos financeiros e consigne o alargamento das condições de empréstimo a longo prazo e de locação financeira.
- As Freguesias exigem a reposição dos valores do Fundo de Financiamento de Freguesias (FFF), desviados para a compensação/majoração do FFF das Freguesias que se agregaram



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

voluntariamente, e o reforço da percentagem de participação das Freguesias nos impostos recolhidos pelo Estado.

- As Freguesias querem ver definitivamente clarificada a partilha das competências entre as Freguesias e os Municípios.
- A ANAFRE e as Freguesias continuam em discordância com a agregação a que as Freguesias foram sujeitas, por deixarem o governo das Freguesias distante das populações e não garantirem ganhos de eficácia e eficiência para o Poder Local, nem poupança para os cofres do Estado, exigindo que sejam repostas as Freguesias que, por imposição, sofreram agregação.
- A ANAFRE e as Freguesias exigem seja revisto o Estatuto do Eleito Local e, nele, consignado o alargamento do regime de permanência aos Eleitos das Freguesias de maior dimensão, para dignificação das suas funções.
- A ANAFRE e as Freguesias querem ver garantida a prestação de serviços públicos próximos das populações e respeitado a sua gratuitidade.
- A ANAFRE e as Freguesias querem ver garantidos os direitos dos trabalhadores, com eliminação de quaisquer normas legislativas que condicionem a contratação de pessoal ou limitem os seus direitos já constituídos, não pondo em causa a autonomia das Freguesias, nomeadamente, no que respeita à celebração de acordos de contratação colectiva.
- A ANAFRE e as Freguesias querem ver respeitada a coesão social e territorial e garantidos os direitos das populações do interior do País com mais investimento nos serviços sociais e nas infraestruturas rodoviárias.
- As Freguesias e a ANAFRE querem ver cumprida a Constituição da República Portuguesa, com a implantação da Regionalização Administrativa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- As Freguesias exigem que o Governo se empenhe na criação de medidas e planos que garantam a IGUALDADE e querem participar na implementação desses planos.
- As Freguesias querem ter acesso a informação sobre os valores dos impostos locais cobrados no território de cada Freguesia.
- A ANAFRE e as Freguesias querem participar, ativamente, nas comemorações dos 40 anos da instituição do Poder Democrático em Portugal e das conquistas de Abril.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 20 de fevereiro de 2014 decide:

- a) Reafirmar e subscrever as conclusões do XIV Congresso Nacional da Associação Nacional de Freguesias, ANAFRE
- b) Saudar todos os eleitos participantes no XIV Congresso de afirmação, luta e esperança.
- c) Proclamar a importância da união de esforços e vontades dos municípios e freguesias e seus eleitos na defesa do Poder Local Democrático.”

7.3.9 - O Sr. Deputado Municipal José Gabriel (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pela reposição da semana de 35 horas

Passado ano e meio desde que a troika nacional impôs ao povo português a ingerência da troika estrangeira, assistimos a uma aceleração da destruição de direitos sociais, com particular incidência do lado dos direitos do Trabalho.

Sendo que este retrocesso social só tem explicação no quadro de uma política que privilegia os interesses económicos de uma minoria cada vez mais rica, há, por outro lado, direitos sociais cuja eliminação só faz sentido no âmbito de uma estratégia política de submissão e humilhação dos trabalhadores. É o caso do aumento de horário e correspondente roubo de salários dos trabalhadores da Administração Pública.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Este Governo, sem recurso a qualquer estudo prévio, portanto, sem sustentação económica e social, decidiu aumentar a jornada de trabalho semanal de 35 para 40 horas.

O Governo quis fazer assentar a sua proposta em duas justificações: a uniformização com a jornada de trabalho vigente no sector privado e, mais envergonhadamente, a redução das despesas do Estado.

A primeira falece, desde logo, porque é falso que todos os trabalhadores do sector privado cumpram horário que perfaça 40 horas semanais. Muitos têm 38 horas ou 37h30 e muitos outros, 35 horas. Dados do Banco de Portugal do final de 2012 revelam que 25,7% dos portugueses empregados trabalham menos de 35 horas por semana; 49,6% trabalhavam entre 36 horas e 40 horas, portanto mesmo estes nem todos trabalhavam 40 horas por semana; e 24,7% trabalhavam mais de 40 horas.

O aumento do período de trabalho semanal, por um Governo cujos partidos que o compõe dizem defender a Família, revela, na prática, um ataque à instituição familiar, diminuindo milhares de horas de convívio entre filhos e pais, marido e mulher, empurrando as crianças para a permanência fora de horas em ATL's, até às 19h00 ou 20h00, até que os pais as possam ir buscar.

Por outro lado, o critério da redução de despesas do Estado aumentando o tempo de trabalho, oficialmente, não se estriba em qualquer análise do impacto que essa redução produz na economia e na procura no mercado interno, não se preocupa com o modo como afecta a vida quotidiana dos trabalhadores da Administração Pública e, entre ainda outras, se limita ou condiciona a qualidade da prestação das funções sociais do Estado aos cidadãos.

Conhecemos apenas o montante do roubo - e porque é de roubo que se trata -, passando os trabalhadores a trabalhar mais sem receber, equivalente a uma redução de 14% nos salários.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Com uma remuneração média que entre os 583.669 trabalhadores da Administração Pública é de 10,00€, estes passaram a trabalhar mais 11.673.380 horas de trabalho por mês, perfazendo um esbulho anual no valor de 1.640 milhões de euros, compreendido neste valor o reflexo nos subsídios de férias e de Natal.

O pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade da Lei das 40 horas não obteve vencimento no Tribunal Constitucional à razão de seis contra sete votos dos Conselheiros, sendo o critério decisivo para não declarar a inconstitucionalidade, plasmado no Acórdão, a possibilidade que é dada de, através da contratação colectiva, aquele período normal de trabalho ser reduzido para as 35 horas.

Sendo a contratação colectiva resultado da luta de gerações de trabalhadores e, na Administração Pública, produto de recentes lutas, foi pela ação dos trabalhadores que tem permitido que, por todo o país, se tenham alcançado acordos colectivos de entidade empregadora pública (ACEEP) com autarquias locais, prevendo a reposição do período de 35 horas de trabalho semanal.

Esta tem sido a vontade dos trabalhadores e populações e seus legítimos representantes que, porém, tem agora mais um obstáculo: a recusa de um Governo, de legitimidade há muito perdida, que, administrativamente, tem recusado a publicação desses acordos colectivos (ACEEP).

Despudoradamente, os organismos do Governo têm recusado a remessa dos ACEEP para publicação em jornal oficial, escudando-se numa interpretação restritiva, desconforme à Constituição da República, exorbitando competências que a Lei Fundamental sempre lhe vedou, por consagrar a autonomia do Poder Local.

O Governo, em desespero de causa, numa demanda contra a vontade dos trabalhadores e contra a vontade do Poder Local Democrático, tem entendido interpretar de forma literal o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

disposto na al. b) do n.º 3 do artigo 347º do RCTFP, sem fazer, por conseguinte, uma interpretação em conformidade com o artigo 242º da CRP, consagrando que a tutela da Administração Central sobre as Autarquias Locais é inspectiva de mera legalidade.

A vontade expressa pelo povo e pelos seus legítimos representantes não soçobrará sobre a teimosia - que viola a Lei e a Constituição - de um Governo que só o é porque os seus representantes mentiram em campanha eleitoral, dizendo que não aumentariam impostos, que não “tocariam” nos subsídios de férias e de Natal e que se candidatavam contra os sacrifícios impostos pelo Governo anterior.

Por tudo isto, em defesa dos direitos constitucionalmente consagrados às autarquias locais e às organizações representativas dos trabalhadores, em defesa dos trabalhadores e contra o esbulho dos seus horários - e, logo, dos seus salários -, pela dignidade do Trabalho e pelo trabalho com direitos, por uma política que respeite a vida das pessoas, a Assembleia Municipal, reunida no dia 18 de Fevereiro de 2014, delibera:

1. Repudiar o aumento do período de trabalho para os trabalhadores da Administração Pública;
2. Solidarizar-se com a luta dos Trabalhadores da Administração Pública e suas organizações representativas pela reposição da semana de 35 horas de trabalho;
3. Congratular todos os órgãos de Autarquias Locais, em particular as Freguesias de Almada e a Câmara Municipal de Almada pelos ACEEP subscritos, prevendo a reposição da semana de 35 horas de trabalho;
4. Repudiar a atitude do Governo em recusar a remessa para publicação dos ACEEP, subscritos entre os legítimos representantes dos trabalhadores e os legítimos órgãos de governo das Autarquias Locais, em violação da Constituição da República Portuguesa, em particular do seu artigo 242º.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.3.10 - O Sr. Deputado Municipal João Ricardo Quintino (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pela recuperação da frente urbana de praias e revitalização da economia local

O recente mau tempo tem vindo a afectar toda a zona da frente urbana da Costa de Caparica, com particular destaque para as concessões nas praias da frente urbana da costa de Caparica, que sofreram avultados prejuízos, já que, por diversas vezes o mar galgou o paredão provocando estragos nos restaurantes e bares aí localizados.

Recorde-se que recentemente o Governo PSD/CDS decidiu extinguir a Sociedade CostaPolis manifestando com isso a intenção de liquidar o programa Polis da Costa da Caparica.

Os deputados municipais do PS, estiveram no último Sábado na Costa de Caparica tendo reunido com o presidente da junta da costa de Caparica, José Ricardo Martins, e com o presidente da Associação dos Apoios de Praia da Frente Urbana da Costa da Caparica, que representa 22 concessionários.

Os deputados do PS puderam ainda observar *in loco* os danos causados pelas intempéries no paredão da costa e nos apoios de praia.

Realce para o facto de, aparentemente, a CMA e o governo se limitarem a pequenas intervenções para acudir às situações mais prementes. Diversamente, o que os comerciantes desejam, e o PS partilha dessa opinião, é uma intervenção que minimize a possibilidade da repetição destes fenómenos, como a recarga de areias nas praias da costa.

A irresponsabilidade do atual governo com a extinção da Sociedade CostaPolis, deixa a Costa de Caparica ao abandono e sem se saber qual a estratégia para o seu futuro.

Assim a AM de Almada reunida em 19 de fevereiro delibera que:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1. O governo, através do Ministério do Ambiente, proceda não só à recarga de areia das praias da Costa de Caparica, mas que requalifique a zona afectada e avance com as obras projetadas para a zona entre a praia do norte e a praia do INATEL, assim como elabore um estudo e apresente uma estratégia que permita que a Costa de Caparica, continue a ser um destino de eleição na AML.
2. A câmara municipal de Almada pugne junto do governo para que o programa polis seja prolongado no tempo, até pelo menos o ano de 2017.
3. Câmara municipal de Almada, nos territórios sobre os quais tem competências, assuma as suas responsabilidades, atue com diligência para que a requalificação urbana e ambiental que a costa tanto necessita, não fique eternamente adiada.”

7.3.11 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Batista (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção Via ciclável Cacilhas - Parque da Paz

No mês de Setembro de 2013, vimos nascer na Avenida Aliança Povo MFA, mais conhecida pela marginal da Lisnave, uma via ciclável entre Cacilhas e o Parque da Paz.

Considerada como um dos eixos mais importantes da Rede Ciclável de Almada e tratando-se de uma obra em que, argumentando-se com os exemplos de Paris e de Londres, dir-se-ia *marcante*.

Após cinco meses de utilização e de realização, dir-se-á, *lamentável*, uma vez que nem os ciclistas nela querem andar, onde a falta de soluções de implantação levou a que a via ciclável convivesse com a faixa BUS.

O empobrecimento desta via, que se queria rica, constata-se pela degradação do piso, pela inadequação dos separadores entre o trânsito automóvel e a via ciclável, e pelos sumidouros que ali existem que não fazem o trabalho para que foram concebidos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

As potencialidades desta via ciclável e o investimento efetuado para a tornar uma mais-valia, revelam-se nulos.

A segurança dos ciclistas e dos automobilistas está permanentemente posta em causa, seja pelos separadores, seja pelas poças de água, seja pela fraca sinalização existente ou mesmo pela coabitação com a faixa BUS (Cova da Piedade).

Entre tantas “originalidades” existentes é inaceitável que ainda não tenha havido qualquer tipo de resposta a estes problemas.

Assim face ao acima exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária de 19 de Fevereiro de 2014, em Almada delibera:

1. Solicitar à Câmara a execução de políticas e medidas urgentes que garantam a segurança do cidadão que utiliza esta via ciclável, bem como a via rodoviária.
2. Exigir que C.M.A. se assuma como um prestador de um serviço público de qualidade (Rede Ciclável de Almada).”

7.3.12 - O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Recomendação sobre Rede Viária

O Concelho de Almada tem a área de 71Km², tem 174 030 habitantes de acordo com os Censos 2011.

O Concelho de Almada tem 13 km de praias, localiza-se a 4 km de Lisboa e 15 km do Aeroporto Internacional da Portela.

A Freguesia da Costa da Caparica tem cerca de 8 milhões de visitantes por ano.

O Santuário do Cristo Rei tem cerca de 600 mil peregrinos, por ano.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O Concelho de Almada teve cerca de 260 mil dormidas em 2012 (1º lugar na Península de Setúbal e 3º lugar na Área Metropolitana de Lisboa - fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE);

Todavia a rede viária do Concelho de Almada encontra-se atualmente em péssimo estado.

Em parte devido ao mau tempo, nomeadamente chuvas, que tem sido quase ininterrupta desde 18 de Outubro de 2013, até ontem.

Por outro lado, existe um deficiente alcatroamento da maioria das estradas, avenidas e ruas fora da cidade de Almada, para além das dezenas (senão centenas) de quilómetros de caminhos de terra batida no Concelho. Esta situação, que se mantém há décadas com o prejuízo de muitos Almadenses, em especial os que vivem e utilizam a zona do concelho de fora da cidade de Almada e que pagam o seu IMI, piora durante cada inverno com a abertura de autênticas crateras que ficam semanas sem reparação.

Ruas e avenidas nesta situação são inúmeras. Salientamos aqui duas delas, situadas na Charneca de Caparica, que se encontram em total estado de degradação, e que servem, ou melhor, que não servem com a qualidade a que os moradores têm direito, designadamente as Avenidas Dom Afonso Henriques e Ilha da Madeira. Estas duas avenidas, largamente utilizadas pelas famílias que residem nos quarteirões adjacentes ou por quem as atravessa com destino a áreas mais distantes, estão, durante todos os invernos, sujeitas a sofrer de alguma falta de atenção da Câmara e, quem as utiliza, a sofrer da sua insensibilidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 19 de fevereiro de 2014, recomenda:

- Que a Câmara Municipal dê especial atenção ao estado da rede viária de todo o Concelho;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Que a Câmara Municipal dê prioridade à reparação e à manutenção, de acordo com a sua disponibilidade orçamental, da rede viária situada nas zonas da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda e da Freguesia da Costa da Caparica.”

7.3.13 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Varela (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção Pela Defesa da Nossa Costa

Os últimos dias têm reafirmado em todos nós a preocupação que as alterações climáticas podem trazer para a nossa vida, sobretudo porque os fenómenos meteorológicos associados ganham poder destrutivo que acarretam prejuízos materiais e humanos que importa tentar evitar.

Sobretudo ao nível da nossa orla costeira é claramente visível a profunda erosão e o perigo que resulta da evidente falta de estratégia sobre um processo contínuo e articulado que apresente respostas que deixem de ser remendos pontuais para passarem a ser respostas com sustentabilidade e que resistam ao passar do tempo.

A nossa Costa da Caparica e a zona da Cova do Vapor têm sido das áreas mais afetadas, e tudo o que tem sido feito para que a defesa da orla costeira seja assegurada não parece estar a dar resultados suficientemente sólidos nem capazes de ser duradouros.

Sucessivos governos fizeram intervenções, desde arranjos dos esporões, enchimento artificial de areias (apesar de neste caso ter faltado efetivar a 3^a fase, mas ainda assim a menos volumosa...), mas sem que nunca ficasse claro qual era, na opinião técnica, as intervenções estruturais ou pontuais que deveriam ser feitas para que fosse sendo assegurado que nestas áreas (como ao fim ao cabo, por toda a Costa Portuguesa) a sua defesa seja um objetivo constante e sempre presente.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Tendo por base esta realidade, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sua sessão ordinária de Fevereiro de 2014 delibera nos termos legais e regimentais:

- 1- Que seja realizada uma Conferência Pública que com conte com a presença de técnicos especialistas desta área e que propicie um debate com os autarcas e as forças vivas do concelho, para que se encontrem as melhores soluções técnicas que levem a que a defesa costeira seja eficiente, e que tipo de intervenções periódicas devem ser asseguradas.
- 2- Que as conclusões desta conferência sejam apresentadas ao Governo por forma a enriquecer uma reflexão conjunta sobre as soluções que têm que ser concretizadas de forma estratégica para a defesa da nossa Costa.”

7.3.14 - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Um incentivo ao arrendamento

Almada é dos poucos municípios de grande dimensão que não tem um programa de incentivo ao arrendamento (seja ele jovem ou social). Esta realidade deve-nos fazer pensar, sobretudo numa altura em que se lançam programas de apoio à reabilitação urbana, em que há uma evidente deslocalização de população do centro do concelho para as periferias e em que há cada vez mais casas desabitadas.

Tendo presente que a CMA lançou o processo de constituição de ARU's, mas tendo também nos seus eixos de intervenção estratégica a Ação e Inclusão Social, bem como uma Política de Apoio aos Jovens, o apoio ao mercado do Arrendamento, associado a estes Eixos não pode deixar de ser um dos vetores essenciais à sua concretização.

Tendo por base esta realidade, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sua sessão ordinária de fevereiro de 2014 delibera nos termos legais e regimentais:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Recomendar ao Executivo Municipal que estude e concretize um Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento Jovem e Social.”

7.3.15 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Por razões de ordem regimental não foi possível concretizar um compromisso que foi por nós assumido na reunião com a população e com os agentes económicos e sociais e outras instituições, que realizámos no sábado passado na Costa da Caparica a propósito dos acontecimentos e dos fenómenos naturais que ali ocorreram e dos danos por eles provocados. Mas foi possível apresentar ontem na Câmara uma proposta de moção que foi aprovada por unanimidade e ficávamos mal com nós próprios se neste momento não pudéssemos, já que a Moção não pode ser aqui votada, que ao menos a pudéssemos apresentar e que no debate pudesse eventualmente ser tido em conta, porque pensamos que era da máxima importância que todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal se pudessem pronunciar acerca deste assunto. Também já tivemos ocasião de colocar no Conselho Metropolitano de Lisboa, também aí havendo iniciativas no mesmo sentido, ou seja sensibilizar o Governo para que em relação às questões do litoral português e da Costa da Caparica se clarifique e mobiliza os meios necessários a atender aos problemas ali existentes. E portanto eu vou passar a ler a Moção que diz o seguinte:

«Moção sobre Debate Parlamentar sobre Intempérie na Costa da Caparica

Considerando:

- Os avultados danos provocados pelas intempéries registadas nas últimas semanas em toda a costa portuguesa designadamente da frente atlântica do Concelho de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Que tais danos se traduzem em algumas zonas em alterações substanciais da linha de costa suscetíveis de perturbar os ecossistemas que a integram e em avultados prejuízos para as atividades económicas que aí se realizam.
- Que a resposta aos factos registados exige a intervenção do Governo.
- Que não se encontram definidas com clareza as medidas de política que o Governo pretende adotar tendo em vista a necessária salvaguarda dos legítimos interesses das populações e as atividades económicos de turismo, de pesca e outros associados à orla costeira.
- Que não se encontram igualmente definidos com clareza os instrumentos que devem executar as referidas políticas.
- Que como noutras situações em que formenos naturais provocaram danos avultados devem ser desencadeadas medidas especiais de emergência de modo a acorrer à sua reparação, designadamente através da mobilização dos fundos e outros recursos indispensáveis para o efeito.
- Que a dimensão das intervenções de reparação de danos e adoção de medidas de prevenção e contenção de futuras ocorrências se encontram muito para além das competências e capacidade de intervenção dos Municípios. Hoje tivemos uma reunião com a APA, a reposição das areias está orçamentada entre cinco e seis milhões de euros e provavelmente o seu valor será superior porque para que se arranje a areia é necessário fazer a dragagem e neste orçamento não estão incluídos os custos da dragagem.
- Que o Governo responde perante a Assembleia da República.
- Que o Município de Almada é parte legitimamente interessada na urgente tomada de medidas que salvaguardem as pessoas, os bens, o território e o ambiente designadamente na área das Freguesias da Trafaria e da Costa da Caparica atingidas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Câmara Municipal de Almada delibera:

- Solicitar ao Governo o agendamento, com caráter de urgência, de um debate em sessão plenária na Assembleia da República sobre as intempéries registadas no litoral português nas últimas semanas, no qual possam ser expostas e clarificadas as medidas políticas a adotar, designadamente no que se refere à mobilização e coordenação dos vários agentes e recursos indispensáveis à salvaguarda dos interesses das populações e da vida económica e social das zonas afetadas da orla costeira do território nacional e designadamente do Concelho de Almada.»

Foi isto que foi apresentado, foi isto que foi votado por unanimidade ontem na Câmara, o nosso compromisso era apresenta-la na Assembleia Municipal, por razões regimentais não pudemos votar, mas gostaríamos que pudesse ser tida em conta no debate que se vai realizar.”

7.3.16 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Catarina Mendes (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Antes de entrar nas discussões, eu queria apenas fazer uma pergunta de precisão, porque a informação que tenho em relação à primeira Moção cuja intenção do Partido Socialista é votar obviamente a favor e saudar também a Câmara Municipal de Almada pela decisão de não aplicar a taxa municipal de direitos de passagem no quadro legislativo atual, e portanto eu tenho conhecimento e creio que posso mostrar mas não em papel, apenas em formato digital, nas faturas dos nossos Municípios, por exemplo da MEO, há uma alínea que diz: Taxa Municipal de Passagem, eu posso estar a fazer uma pergunta desadequada, mas o que é verdade é que por irrisória que seja essa taxa, a alínea encontra-se lá. E portanto a minha pergunta é saber se é assim, se há alguma explicação, se não estamos a falar da mesma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

coisa, que parece estarmos. E portanto só queria saber porque inevitavelmente saudaremos, mas também queremos perceber porque razão está esta alínea nas faturas dos Municípes.”

7.3.17 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Tem razão Sr.^a Deputada, ontem na reunião de Câmara vários Municípes me chamaram atenção para isto, e uma Muniçipe tinha de facto uma fatura, penso que é da MEO, porque entretanto para não identificarmos a Muniçipe tirámos o nome e está aqui, é evidente que paga nove cêntimos mas não deixa de pagar. E portanto, pedimos ontem logo para o Sr. Diretor Municipal tomar iniciativa, foi feita hoje, foi escrita uma carta que eu vou passar a ler, à PT Comunicações:

«Tomou este Município conhecimento transmitido por Municípes vossos clientes, que estão a promover a cobrança na fatura dos vossos serviços MEO da alegada Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Como sabem e têm obrigação de saber, este Município não criou tal taxa, pelo que a cobrança da mesma, mesmo que por repercussão constitui ato ilícito, violador da constituição e da lei ordinária quer por constituir matéria de reserva regulamentar do Município de Almada, quer por constituir desvio de poder. Face à gravidade da vossa conduta gravemente atentatória da legalidade e das atribuições e competências do Município de Almada, com consequências para o interesse público e particular de todos os Municípes que estão a ser confrontados com a exigência do pagamento da identificada taxa, exige a prestação imediata através dos órgãos de comunicação social de esclarecimento no sentido de informar os Municípes que a cobrança não é devida e a sua inserção nas faturas ocorreu por erro. Mas mais se exige que em caso algum seja cobrada a citada taxa, devendo promover-se às diligências necessárias e suficientes para que os vossos clientes possam liquidar as faturas dos vossos serviços sem o pagamento da citada taxa.»



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Portanto, isto saiu hoje, estamos nesta situação. Naturalmente vamos ter que agir e continuar a agir em conformidade. Esta taxa não resulta de nenhuma iniciativa da Câmara, como aqui é dito, trata-se de desvio de poder, ato ilícito, não é minimamente aceitável, e naturalmente temos que agir em conformidade.”

7.3.18 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pedir duas coisas e indicar o sentido de voto da CDU.

Relativamente à Moção do Partido Social Democrata, nós temos uma sugestão a fazer, designadamente à recomendação que é o documento nº 15, sobre a questão das estradas. E gostaríamos de dizer que também objetivamente nós temos essas preocupações, a CDU conhece que o estado das estradas não é dos melhores, tal como os Srs. reconhecem, também há aqui uma questão que não nos ajuda que é as questões climáticas, designadamente as chuvas, mas queríamos saber se o Partido Social Democrata está de acordo alterar a formulação do sexto parágrafo onde começa “Por outro lado, existe um deficiente alcatroamento” alterar a expressão “da maioria” e pôr “de estradas, avenidas e ruas” e depois “para além... de caminhos de terra”, nós não temos esta noção de que quicá centenas de quilómetros de caminhos de terra. Depois e a seguir também é verdade que a situação, mas não é esta que se mantém há décadas, porque esta piorou em virtude daquilo que os Srs. também assumem que são as questões climáticas, era retirar a expressão “há décadas” e finalmente no outro lado também retirar a expressão “nesta situação são inúmeras”. E portanto ficaria de ruas e avenidas salientamos aqui duas delas. Portanto, tudo depois igual e se aceitarem estas alterações votamos favoravelmente a vossa Moção.

Já agora que estou com as Moções do PSD, dizer que nós tivemos esta coisa comum que é a necessidade da defesa da nossa Costa. Mas creio que depois de ouvir a Moção aprovada



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

por unanimidade no Executivo da Câmara pensamos que mais do que estar aqui a fazer grupos de trabalho, técnicos disto ou daquilo temos que ter uma forma expedita para a resolução do problema. Por outro lado ainda que também nos pareça que o problema não está tanto na dificuldades de pareceres técnicos ou de peritos, mas está no Governo ao ter interrompido aquilo que foi feito até 2010 que foi a reposição das areias. Por outro lado os Srs. sabem que o Governo tem uma parceria com a Faculdade de Engenharia do Porto que está a assessorar o INAG e portanto estas obras não necessitam tanto de debate, precisam mais de execução para resolver este problema. Portanto não podemos acompanhar exatamente por isso, achamos que fica aquém da necessidade, da urgente necessidade da resolução e não tanto ir adiando para grupos de trabalho e neste caso para reuniões de técnicos. E estamos muito de acordo com as iniciativas que a Câmara já tomou hoje e portanto saudamos o empenho da Câmara no sentido de encontrar solução para o problema. Finalmente sobre o incentivo ao arrendamento. Srs. Deputados do PSD, quando os Srs. votarem por uma lei de arrendamento social na Assembleia da República, nós podemos ter aqui disponibilidade para discutir as vossas propostas. Os Srs. sabem que nas Grandes Opções do Plano para 2014 existem partes do Programa que está em execução com a autarquia no sentido de melhorar até a prática da autarquia nesta frente. Mas pensamos que as imposições, as rendas antissociais feitas pelo Governo, não pode ser depois um nível mais restrito, não podem ser as Câmaras a resolver este problema do incentivo ao arrendamento, sendo que, volto a repetir, existe no programa de ação que foi aprovado na Assembleia para o Plano e Orçamento do Município para 2014, com passos concretos para atenuar as necessidades da habitação que como todos sabemos é uma obrigação do Estado Central. Depois relativamente às Moções do Bloco de Esquerda, votaremos todas a favor, não temos nada a opor em questões de fundo. Mas já agora dizer ao Bloco de Esquerda que sobre



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

esta Moção do Regime Jurídico da Área Metropolitana, mais do que pedir a fiscalização preventiva e sucessiva, seria mais interessante que o culminar da vossa exposição fosse a exigência da revogação da Lei. E portanto seguramente não sei se têm condições de aceitar esta nossa sugestão, mas é o único reparo, porque Srs. Deputados quem passou pela Assembleia Metropolitana de Lisboa sabe que se houve consenso em várias matérias, a questão da alteração da Lei que nós chamamos para melhor identificação a Lei Relvas, foi exatamente o facto de não ser ainda desta vez que a legitimidade e ela só poderá ser por eleição direta, e recebeu a unanimidade crítica contra esta Lei. Designadamente o que está subjacente, aquilo que o Bloco de Esquerda entende, mas para nós seria mais coerente, mais lógico que o culminar desta exposição fosse no sentido da exigência da revogação da Lei.

Finalmente sobre o Partido Socialista. Eu creio que esta coisa do Partido Socialista fazer Moções, eu não sei quem as faz, perdoem-me a expressão, mas é o Partido Socialista que as apresenta, parece mais no sentido de fazer provocação à Câmara e a nós, do que propriamente encontrar expressões e soluções que vão no sentido do consenso. De facto escreverem numa moção sobre a recuperação da Frente Urbana de Praias, aparentemente a Câmara está a fazer qualquer coisa. Quer dizer, eu acho que isto não é bonito porque toda a gente sabe que não é aparentemente, a Câmara está a trabalhar muito bem e tem de facto feito muita coisa, tem tido o consenso de todas as forças neste sentido.

Depois a questão da via ciclável, nós também achamos que aquilo não está nada bem e precisa de uma intervenção urgente, mas também volta aqui a haver uma linguagem que mais parece que querem fazer agenda partidária da baixa política do que propriamente encontrar expressões no sentido de apelar ao consenso e à resolução dos problemas e nesse sentido votamos contra.”

7.3.19 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Catarina Mendes (PS):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria fazer uma consideração sobre algumas das Moções que estão em destaque, mas acho que inevitavelmente queria associar-me, desde logo porque ela diverge de todas as outras, à Saudação ao Prémio da Crítica 2013 ao Teatro Municipal de Almada. Eu creio que o desaparecimento do Joaquim Benite fica com este prémio aqui amplamente reconhecido e a certeza de que os atuais dirigentes do Teatro vão continuar a sua obra, que é uma obra importante para este Concelho, mas que não tem apenas eco no Concelho, tem eco no País, tem eco internacional e deve a todos deixar-nos com orgulho deste trabalho que tem vindo a ser feito e que este prémio destaca, como caso exemplar do teatro português. De facto a qualidade do Teatro de Almada não apenas o seu Festival, mas das peças que faz ele próprio, daquilo que é um espaço cultural no Concelho de Almada, deve ser saudado por todos nós e por isso mesmo queria em nome do Partido Socialista associar-me veementemente e com convicção, mas também com alegria e orgulho de facto a este prémio da crítica 2013 do Teatro de Almada, que me parece bem merecido e que volto a referir uma justa homenagem a Joaquim Benite e a todos aqueles que continuam o seu trabalho.

Dito isto, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara e Executivo e demais eleitos municipais, eu quero dizer ao Sr. Presidente que agradeço o esclarecimento que aqui nos traz, ele não inviabiliza o nosso voto a favor, antes pelo contrário, ele reforça-o. Eu só me permitia sugerir o seguinte, de todo o texto que leu, ele parece-me perfeito não fosse faltar uma pequena coisa, exigir a devolução do pagamento indevido desta taxa a quem a pagou. No seu caso são nove cêntimos dessa fatura, outros são dezoito, outros são outros tantos - não é da sua é do Muncípe que lhe deixou - e por isso mesmo creio que vale a pena reforçar não apenas a nossa indignação junto das entidades, mas também exigir que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

seja devolvida a quantia cobrada indevidamente por esta ou outras empresas, e por isso mesmo que seja dado aos seus Municípes.

Quanto ao Garcia de Orta, evidentemente o Partido Socialista apresentou também na última Assembleia Municipal uma Moção que de resto se eu não estiver enganada, não trouxe os meus apontamentos, mas creio que foi votada por todos nós, aliás num esforço também de consenso, no sentido de qualidade das urgências do Hospital Garcia de Orta. Os Deputados do Partido Socialista da Assembleia da República recentemente estiveram no Garcia de Orta para também perceberem em que estado estavam estas urgências. Evidentemente continuamos a defender a polivalência das urgências, a qualidade das urgências no Garcia de Orta e evidentemente a construção do Hospital do Seixal, também há muito defendida pelo Partido Socialista e votaremos favoravelmente.

É óbvio que estamos contra o estacionamento pago no Garcia de Orta e por isso mesmo é evidente que estamos contra esse estacionamento pago quer para os funcionários, quer para aqueles que têm que se deslocar ao Garcia de Orta.

Eu queria chamar atenção para um ponto que hoje uma Moção traz e que o Partido Socialista não trouxe propositadamente por entender que há um problema grave no nosso Concelho e no nosso Distrito e no País, que é o problema do amianto. No caso da Moção que está aqui em discussão que será votada também obviamente favoravelmente por nós. O que está em questão não é uma escola em particular que nos merece toda a atenção, há conhecimento de outras escolas no Concelho que também têm o mesmo problema, e há um problema gritante no Distrito de Setúbal. É evidente que houve muitas críticas à renovação do parque escolar pela Parque Escolar, eu continuo a achar que foi um grande projeto para Portugal e para as escolas dos nossos estudantes e eliminou em muitos casos, essas intervenções eliminaram em muitos casos a situação de amianto. O que nós temos hoje em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Portugal, no Concelho de Almada e no Distrito de Setúbal, são problemas muito graves de escolas que têm neste e com as intempéries que se têm feito sentir este ano e com a ausência de manutenção dos estabelecimentos de ensino, isto ditou que estejam hoje algumas escolas demasiado expostas ao amianto e isso evidentemente deve convocar-nos para uma receção muito séria do que deve ser feito e aqui permitam-me que vos diga, não apenas o Governo, eu acho que aqui nós, Executivo Camarário, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia dentro daquilo que são as nossas possibilidades temos que ter resposta para isto. Nós não estamos a falar de um problema de um teto que está a cair e de uma chuva que pode cair na cabeça das crianças, estamos a falar como recentemente também veio a público, estamos a falar de saúde pública e de saúde pública em particular nas crianças mas que não dispensa o olhar sobre os seus profissionais, sejam eles os professores ou os seus outros funcionários.

Evidentemente a ANAFRE teve o seu Congresso recentemente, faz sentido que esta Assembleia Municipal também acompanhe as suas preocupações.

As 35 horas com a pequena alteração, em vez de estar troika nacional, dizer que no último ano e meio se impôs uma troika internacional, é verdade, as circunstâncias todos nós as sabemos. O Partido Socialista não enjeita a sua responsabilidade nisto, mas evidentemente que recusa aquilo que foi a aplicação deste memorando e aquilo que tem sido com consequências gravíssimas na vida das pessoas, não é essa a discussão que está aqui em cima da mesa, mas agradeço à bancada da CDU o facto de ir ao encontro desta nossa sensibilidade.

Sobre a ciclovia. Nós queremos discordar dos termos, estou disponível para discutirmos os termos em que cada um de nós gostava, eu também há termos que confesso, que aceito votar as Moções e que há termos com os quais eu não me revejo, não vale a pena agora



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

elencar o meu dicionário e o dicionário das outras bancadas, há termos com os aqui eu não me revejo.

Mas acho que nós podemos fazer um esforço até ao final desta discussão, no sentido de encontrar quais são os termos em que nós nos entendemos para resolver um problema que me parece um problema complicado e que não dá boa imagem a quem passa naquela avenida. O problema da ciclovia tem que ser resolvido, tem que ser resolvido. E por isso gostemos mais da vírgula, menos da vírgula, mais do adjetivo ou menos do adjetivo, estou absolutamente disponível para que possamos discutir em que termos é que nós podemos aprovar aqui uma Moção num problema que o Partido Socialista traz e no qual todos nós nos revemos. Não há ninguém que todos os dias que passe naquela ciclovia de bicicleta ou de carro, eu digo quem passa de bicicleta coitado, aquilo não está em condições de ser uma ciclovia e por isso eu acho que saúdo o esforço da Câmara ter iniciado aquela obra, mas solicito, e nesse sentido esta Moção aqui vem, solicito que haja sensibilidade para resolvermos o problema e digam quais são os termos em que nós podemos ou não dizer.

Não quero terminar sem dois outros pontos. Eu sobre o PSD quero apenas dizer uma coisa. Nós concordamos com o incentivo ao arrendamento. Mas nós não nos esquecemos que foi o PSD, foi o Governo atual que acabou com os incentivos ao arrendamento jovem, por exemplo. A Porta 65, podiam até não gostar e chamar-lhe outro nome, mas o que é verdade é que neste momento não há incentivos da parte do Governo ao arrendamento. E mais, a Lei do Arrendamento que está feita em Portugal neste momento, que penaliza todos os dias as famílias, tem uma assinatura PSD/CDS. E é uma Lei injusta. Injusta. Há pessoas que estão a pagar fortunas, é verdade que tínhamos que fazer um equilíbrio, mas estão a pagar o que já não podem pagar. E muitos a começarem a deixar as suas casas porque de facto não podem pagar. E por isso eu quase me atrevo a dizer, como disse há pouco em aparte “bem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

prega Frei Tomás”, mas nós não podemos ter uma visão no Concelho de Almada e uma visão na Assembleia da República, não podemos. Não podemos porque não somos coerentes com nós próprios. E por isso mesmo aquilo que está hoje a acontecer com o arrendamento em Portugal, é um crime contra as pessoas. E por isso nós aceitamos que a Câmara possa trabalhar através desta Moção, aprovando esta Moção, votando favoravelmente esta Moção, possa trabalhar num plano que ajude as famílias a vencer as dificuldades do arrendamento. Mas só nesse ponto.

Último caso, último ponto, mas não menos importante.

Todos somos sensíveis ao que tem acontecido na Costa da Caparica. Não é de hoje. Mas estamos numa situação particularmente difícil. Em primeiro lugar a natureza tem destas coisas e tem desta vez fustigado muito violentamente a Costa da Caparica. O fim da CostaPolis é para nós uma enorme preocupação pelo vazio que deixa, pela ausência de interlocutores com quem as pessoas possam falar sobre o problema que está ali a acontecer. Desde os Concessionários, até aos Pescadores, aos Comerciantes tudo o que a CostaPolis em si envolvia, dirão uns o projeto não era bom, dirão outros o projeto era menos mau, a verdade é que nós temos hoje a dissolução de uma sociedade que tinha sessenta por cento de participação do Estado Central - Governo e quarenta por cento da Câmara Municipal. Podemos de novo com estima Luísa Ramos, podemos discordar dos termos, mas todos convergimos numa preocupação, resolver, ou melhor em três preocupações. Primeiro resolver no imediato os problemas que as chuvas e o mar nos trouxeram; segundo resolver a ausência de interlocutor com o fim da CostaPolis e nós não podemos dizer a responsabilidade é CostaPolis, agora ninguém sabe de quem é a responsabilidade; e o terceiro, nós enquanto Município, e permitam-me que fale assim estamos na Assembleia Municipal, nós enquanto Município podemos e devemos reivindicar ao Governo, podemos e devemos exigir que os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Grupos Parlamentares promovam na Assembleia da República um debate sobre este assunto. Seja um debate de urgência, um debate de atualidade, o que for, o que estiver ao alcance dos Grupos Parlamentares. Podemos e devemos manifestarmo-nos contra o que está a acontecer. Podemos e devemos ir ao encontro das pessoas e dar-lhes uma palavra de conforto perante o horror que é ver os seus bens destruídos. Mas há uma coisa que enquanto eleitos locais nós não podemos fazer é ao mesmo tempo que fazemos isto dizermos, mas nós não temos condições para resolver. E a minha pergunta neste caso é, terá a Câmara Municipal possibilidade de um fundo qualquer para ajudar no imediato? Temos nós a capacidade de todas as forças parlamentares encontrar uma solução dado o fim da CostaPolis que seja criado um grupo, uma comissão, uma qualquer entidade que possa gerir aquele património que ali fica? As rendas vão continuar a ser pagas a alguém, quem é que vai negociar uma diminuição daquelas rendas? Quem é que vai negociar as indemnizações que têm que ser dadas aos prejuízos uma vez que as seguradoras já disseram, não temos nada a ver com o assunto. E por isso nós estamos a falar de coisas muito concretas.

Eu quero dizer que estivemos, os eleitos municipais do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Costa da Caparica, no sábado de manhã. Não sabíamos quando chegámos, já tínhamos preparado aquela visita dado os acontecimentos que em dias antes, não sabíamos que o mar ia outra vez, aliás como de resto ninguém sabia que ia galgar da forma como galgou, encontramos-nos com as pessoas, falámos com os concessionários, mas isso não chega, isso não chega. Nós estivemos, e eu tive o cuidado de estar na Sessão Pública e devo dizer que de facto houve muitas perguntas e eu percebo que o Sr. Presidente neste momento não tenha capacidade de responder a todas, é impossível.

O Estado diz que vai disponibilizar uma linha de crédito, mas não sabemos em que condições e é preciso saber que linha de crédito é esta, que condições é que esta linha de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

crédito vai ter. É preciso lembrar e o Presidente Maia lembrou que foi criada uma Comissão para acompanhar a situação na Costa da Caparica já no Decreto-Lei do Governo cuja data eu agora penso a data dois mil e sete, mas é bom lembrar que, eu acho que não ficou dito, é bom lembrar que esta Comissão não reúne desde o fim dos Governos Cívicos, isto é dois mil e onze. Portanto nos últimos dois anos esta Comissão não reuniu por ausência de interlocutor novamente, de quem possa reunir com esta gente. Mas eu acho que alguém dizia em tempos, e era um político famoso cujo nome eu não me estou a lembrar, mas dizia, “quem muito reúne pouco resolve”. Eu acho que neste momento e por isso faço o apelo, mudemos os objetivos, mas faço o apelo para que também votem a Moção do Partido Socialista, porque eu tenho estado no terreno com convicção de que o nosso Presidente de Junta tem estado numa total colaboração com a Câmara Municipal. Todos nós eleitos temos estado numa total colaboração para encontrar as melhores soluções. É preciso é que o Executivo Camarário também nos diga com alguma rapidez que resposta é que nós temos para dar a estas pessoas, independentemente daquelas que o Governo vier a dar. E sinceramente o Ministro Moreira da Silva tem muito boa vontade, até já anunciou rever os Planos de valorização, já anunciou trezentos milhões para requalificar a Costa Litoral. O que é verdade é que nós temos um problema gritante e latente na Costa da Caparica e eu quero aqui lembrar. Por exemplo não há recolocação de areias nas praias da Costa da Caparica há quatro anos, desde dois mil e dez. O último assoreamento que foi feito foi em dois mil e dez. isto não é compatível quando temos uma época balnear daqui a quatro meses a começar, não vamos ter. Não vamos ter. E por isso temos que fazer mais, estamos disponíveis para trabalhar com todos, mas estamos disponíveis para alterar o que for para alterar e para podermos votar em consonância com aquilo que são os nossos desejos para a Costa da Caparica.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.3.20 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda associa-se naturalmente à maioria das Moções que estão aqui apresentadas. Portanto e apenas como sugestão em relação à Taxa Municipal de direitos de Passagem, após a sua aprovação, todos os meios do Município devem, toda a informação que seja possível, que possa chegar aos Municípios relativamente a este esclarecimento. Através do sítio da Câmara, através dos Boletins de Freguesia, os Boletins Municipais, nós apelamos a que tal aconteça. Uma divulgação ampla relativamente a este problema.

É evidente que nos associamos à Saudação ao Festival de Teatro de Almada, pela atribuição do Prémio da Crítica, pela importância que tem, assim como contra o processo de alienação do Capital Social da Empresa Geral de Fomento.

Depois queria-me referir concretamente às intempéries na Costa da Caparica e às medidas que estão a ser tomadas ou que venham a ser tomadas. Além das medidas imediatas, coloca-se um problema de fundo de ordenamento territorial e de atenção exatamente a um conjunto de chamadas de atenção feitas por técnicos e por especialistas da matéria, relativamente à localização, quer de edifícios, quer de apoios de praia que foram feitos em devido tempo. Provavelmente será necessário repensar onde é que esses apoios de praia estão, independentemente de imediato ser necessário a reposição de areias. Mas de facto o mar vem muitas vezes recuperar aquilo que lhe foi retirado. E portanto os técnicos chamam atenção para muitos desses aspetos e penso que é importante também dar atenção a essa situação. Portanto, o ordenamento territorial é fundamental que seja equilibrado e que as populações não venham a ser prejudicadas exatamente por isso. E portanto na Costa da Caparica estão em causa os apoios de praia, está em causa os pescadores, mas está em causa também a população, não só da Costa da Caparica como da Cova do Vapor, do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Segundo Torrão e portanto todos os locais onde efetivamente se verifica uma situação anómala em relação ao mar. Anómalo mas ao mesmo tempo que deve ser refletido.

Associamo-nos como é evidente aos problemas que estão relacionados com os TST e queria referir aqui no caso concreto o Arsenal do Alfeite.

O Arsenal do Alfeite constitui uma das maiores empresas do Concelho de Almada. Infelizmente fruto de medidas que foram tomadas em dois mil e nove, a situação que o Arsenal do Alfeite enfrenta hoje, é muito complicada e não sabemos o que é que o futuro augura. De qualquer forma é relevante ser aqui referido que houve várias dezenas de trabalhadores que ainda em dois mil e sete, dois mil e oito e dois mil e nove, foram fazer estágios na Alemanha, isso foram custos para o erário público. O que é verdade é que muitos desses trabalhadores, por incrível que pareça, passaram à mobilidade, passaram à mobilidade e muita dessa mão de obra especializada foi desperdiçada. E aqui também a culpa morre solteira. Ninguém tem culpa, o que é verdade é que houve efetivamente um desperdício, uma não rentabilização de tudo aquilo que aconteceu em relação às ações de formação que foram feitas exatamente para os submarinos na Alemanha. E o que acontece hoje, passam um contrato em que não é o Arsenal do Alfeite a efetuar o trabalho no Tridente. Há aqui coisas que de facto mereciam uma atenção muito especial e uma reflexão sobre aquilo que se fez no passado e aquilo que se deve fazer no futuro para mudar exatamente qual foi a política que foi utilizada em relação a uma grande empresa do nosso Concelho.

Em relação ao amianto e para terminar, nós fazemos aqui referência a uma escola do nosso Concelho e não invalidamos nem de perto, nem de longe que não hajam outras escolas exatamente com o mesmo problema. Pois o apelo que fazemos, o apelo e a exigência em relação à Escola Básica 2, 3 da Trafaria, com certeza que se terá que ter em atenção outras



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

escolas do nosso Concelho e do nosso Distrito e portanto a exigência que esta atitude seja tomada rapidamente para evitar prejuízos e danos de saúde aos alunos, aos trabalhadores e a todo o corpo que constitui as escolas. Portanto o apelo e a exigência que aqui é feita é no sentido geral de mais escolas, em todos os casos que seja possível identifica-los deve ser feito exatamente a denúncia para que seja tomada rapidamente uma decisão.”

7.3.21 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

De forma telegráfica dar algumas notas sobre os documentos em debate, mas também algumas realidades que ajudam a explicar não só a nossa posição mas também o desenrolar dos acontecimentos.

Em relação à Moção da CDU sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, nós gostaríamos de propor que pudéssemos votar ponto a ponto, sendo certo que percebemos o alcance da medida, não estamos contra o objetivo e nomeadamente a decisão da Câmara que também aproveitamos para saudar. Reafirmamos também, se houve cobrança indevida certamente por parte de quem a fez terá que haver lugar a alguma forma de compensação dessa mesma cobrança indevida. Mas ainda assim e em relação ao processo legislativo que neste momento até tem alguns passos que estão a correr na própria Assembleia da República, pensamos que deve haver mais alguma cautela e portanto propúnhamos que pudéssemos votar ponto por ponto esta Moção.

Em relação à Saudação ao Festival de Teatro de Almada e ao Prémio atribuído, naturalmente penso que não há um almadense que não se sinta orgulhoso pelo seu Festival, não se sinta orgulhoso pela obra feita, pelo percurso que foi trilhado e por aquilo que é também uma imagem de marca da nossa terra por tudo aquilo que foi alcançado e pelo selo de qualidade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que ajuda a levar o nome de Almada mais longe e portanto naturalmente associamo-nos a esse mesmo voto.

Em relação à Moção sobre a alienação do capital social da EGF, é óbvio que não iremos acompanhar por uma razão tão clara como é, por um lado um compromisso do Estado Português em relação ao cumprimento do Programa de Assistência Financeira, mas ainda assim porque só isto não seria suficiente. Há também algo que nos diferencia, não tem mal nenhum, é dialética democrática, que tem a ver com aquilo que é a interpretação do conceito de serviço público. Nós entendemos que aquilo que é essencial não é a propriedade e a gestão em si, é a definição do conceito de serviço público. E portanto, sem pôr em causa quem tenha uma visão diferente da nossa, nós temos esta e portanto é algo que nos diferencia da CDU e portanto não iremos acompanhar a Moção apesar de respeitarmos obviamente o direito que têm de ter a sua própria opinião e diferente da nossa.

Em relação à Costa da Caparica aproveitava para dar nota que iremos viabilizar todas as propostas porque entendemos que há algo mais importante e acima de tudo aquilo que sejam eventuais interesses estratégicos e partidários e há ali uma questão que nos deve unir a todos, que é a preocupação de defesa das nossas costas, daquilo que são as nossas características intrínsecas, daquilo que são os problemas obviamente agravados pelo facto de termos neste momento intempéries que agravaram a situação, mas também sejamos honestos, quando se fala aqui numa reposição de areias que não foi concretizada, e é verdade que não foi concretizada, e penso que não houve ninguém aqui nesta Assembleia que não tenha procurado defender que ela fosse concretizada, sobretudo para perceber que efeitos é que teria e para aquilo que no caso o PSD hoje defende também com a Moção que apresenta, com a necessidade de definir estrategicamente o que é que se quer fazer na defesa da nossa orla costeira, e não é apenas na Costa da Caparica, é por toda a Costa Portuguesa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Porque há questões estratégicas que nós temos que perceber, há a defesa costeira por um lado, há por outro lado o interesse estratégico também do ponto de vista turístico de salvaguardar características da nossa costa de forma a potenciar a atividade turística nas épocas balneares, mas também de que forma é que essa intervenção estratégica tem que ser feita a vários níveis. Seja na defesa costeira por um lado do ponto de vista estratégico e mais permanente, seja na assumpção de uma estratégia pontual e continua de imaginemos inserção de areias periódicas ao longo da nossa costa. Tudo isto é algo que deveria de uma vez por todas ficar definido, haver uma responsabilização naturalmente e em primeira instância do Governo e é algo que hoje neste momento que estamos a falar ainda não está perfeitamente estabelecido e decidido e quando se fala no enchimento de quinhentos mil metros cúbicos de areia, nós podemos achar que minimizaria, mas não resolveria. E portanto, quando nós apresentamos o documento é nesta lógica de que naturalmente tem que haver uma intervenção urgente, é óbvio. Tem que haver uma ação pró ativa da parte do Governo, nós não escamoteamos essa realidade, independentemente de quem é o Governo, sempre o defendemos no passado e por isso e ao contrário daquilo que alguém diria aqui que a visão que se tem na Assembleia da República não pode ser diferente daquela que se tem em Almada, eu digo mais, não se pode ter também uma visão no passado e outra no presente. E como nós estamos perfeitamente à vontade porque temos, quer no passado, quer no presente, quer em Almada, quer na Assembleia da República uma posição perfeitamente coerente também nesta matéria dizemos que queremos dizer ao Governo que aja, mas que defina estrategicamente que tipo de ação é que tem que ser concretizada. E nós entendemos que não é apenas com o enchimento de areia, não é apenas com outro tipo de intervenções que foram já discutidas, mas que de uma vez por todas tem que ficar decidido qual tem que ser a intervenção fundamental que tem que ser feita por toda a costa. Seja aquela estrutural,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

seja aquela periódica. E daí o alcance da nossa Moção que deve ver algumas soluções técnicas que independentemente da ação urgente do Governo possa também consubstanciar essa mesma tomada de decisão futura.

Para além disso, no que diz respeito à Moção da CDU sobre o Serviço Nacional de Saúde iremos votar contra.

Sobre o Arsenal do Alfeite dar nota que nos iremos abster por uma questão básica. Não é que não percebamos a importância estratégica do Arsenal do Alfeite, sempre acompanhamos essa preocupação, mas há aqui questões de processos, nomeadamente em relação a estas informações e sobre o porquê de ter sido entregue a uma entidade diferente do Arsenal esta reparação que nós não temos o alcance da medida e não seria correto da nossa parte estarmos a associar de forma objetiva a tudo aquilo que está aqui explanado. E portanto, sem pôr em causa a importância do Arsenal, sempre o referenciamos, sem pôr em causa a necessidade que deve ser concretizada de potenciar o seu know how e tudo aquilo que são os seus projetos inovadores para dar capacidade de criação, de valor naquela empresa, nós entendemos que neste caso específico nós não temos informação suficiente para votar a favor, mas também não queremos rejeitar liminarmente, e portanto iremo-nos abster. Mas queria deixar bem claro o porquê.

No que diz respeito ao estacionamento do Hospital Garcia de Orta, iremos acompanhar e votar favoravelmente.

Sobre a Moção também do Bloco de Esquerda sobre as Áreas Metropolitanas iremos votar contra.

A questão do Amianto, que é apresentado pelo Bloco de Esquerda iremos votar a favor, mas dar nota, lá está, daquela questão da coerência da posição. Nós temos a posição agora, como tínhamos em dois mil e sete. Em dois mil e sete nós não éramos Governo, em dois mil



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

e treze e neste caso já em dois mil e catorze somos Governo e nós mantemos a mesma posição, a preocupação realmente existe, é uma questão de saúde pública que deve exigir a intervenção tão rápido quanto possível.

Agora, aquilo que é verdade e a mim me surpreende é que em dois mil e catorze se fala em saúde pública, quando em dois mil e sete quando se dizia que deveria ter acontecido a intervenção, não aconteceu nada e entretanto esse Governo continuou ainda mais algum tempo com a responsabilidade e a saúde pública não foi devidamente acautelada. Nós entendemos que realmente ela tem que ser acautelada e a intervenção tem que ser tão rápida e tão urgente quanto possível. E portanto iremos acompanhar obviamente esta Moção.

No que diz respeito à Moção da CDU sobre a ANAFRE, iremos pedir também que possamos votar por pontos.

Em relação à Moção da CDU sobre a reposição das semanas de trabalho de 35 horas, iremos votar contra.

E em relação à Moção do Partido Socialista sobre a via ciclável de Cacilhas/Parque da Paz, iremos votar favoravelmente.

Fica a faltar, julgo, a Moção do Bloco de Esquerda sobre os serviços de urgência no Hospital Garcia de Orta, que iremos votar também favoravelmente.

Era só para dar nota pela proposta que foi feita pelo Grupo Municipal da CDU que, naturalmente, acolhemos as alterações à nossa Recomendação.”

7.3.22 - O Sr. Deputado Municipal António Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para dar um sentido de voto e alguns esclarecimentos relativamente aos documentos aqui hoje apresentados.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O CDS começa por fazer aqui uma pequena análise relativamente ao documento da CDU relativo às intempéries na Costa da Caparica. Primeiramente que tudo entende o CDS-PP que devido às circunstâncias e à calamidade que se encontra neste momento na Costa da Caparica, é de bom tom que não se use por parte de todos esta mesma questão como arma de arremesso político quer por parte da oposição, quer por parte de quem está no Executivo. Essa sim é a primeira Moção que eu acho que deve ser o entendimento de todos nesta mesma Assembleia e também por parte da Câmara Municipal. Isto porquê? Como é sabido o CDS-PP sempre teve relativamente a este Programa Polis uma visão bastante cética. Relativamente ao seu planeamento, relativamente à sua estrutura, aos materiais usados para a sua construção, aos duzentos milhões de euros que nunca são falados aqui nesta Assembleia, mas que efetivamente foram esses, aliás foram mais que foram gastos e estavam previstos neste caso para a implementação deste Programa Polis e temos um Programa Polis que a Sociedade aparentemente foi extinta e temos um Programa Polis que não serviu para aquilo que estava previsto, muito menos para aquilo que foi apresentado e vendido em pacote, digamos assim, para quem quisesse usufruir deste mesmo espaço que é a Costa da Caparica. É uma questão de compararmos o Programa Polis que foi executado nestes Planos de Pormenor na Costa da Caparica e compará-los também com outros implementados por esse País fora. O CDS-PP também esteve reunido com os concessionários da Costa da Caparica e preocupa-nos também a situação na qual aquelas pessoas, aqueles concessionários estão hoje neste momento a viver, preocupa-nos essa situação, inclusivamente o CDS-PP vai solicitar junto também do Governo esclarecimentos para medidas concretas e urgentes para ver se conseguimos minimizar pelo menos os estragos e os danos causados, vamos ver se conseguimos minimizar para este ano, para que a Costa da Caparica, nomeadamente a Frente de Costa, nomeadamente as praias do norte e o centro da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Costa da Caparica, não fique prejudicado relativamente quer às praias do sul, quer também prejudicado e aqui chamo também atenção e falo de todos os Governos que passaram ao longo destes anos, que foram alguns e de várias cores políticas, mas também o Governo da Câmara Municipal de Almada que foi apenas uma força política, foi para os investimentos que foram feitos na linha do Estoril, em Lisboa e no Algarve e que a zona nomeadamente de Almada e da Costa da Caparica sempre foi preterida. E portanto temos que juntar esforços, temos que de uma vez por todas ter a consciência de que é preciso um investimento estruturado, um investimento bem pensado e é uma das razões pelas quais nós também vamos apostar e vamos neste caso aprovar a Moção do PSD, ao contrário do que a CDU disse aqui neste mesmo debate, o problema se calhar foi esse, o problema se calhar foi, houve falta de debate, houve falta de auscultação das pessoas, dos técnicos, de pessoas bem preparadas, de auscultar a população. O CDS-PP não está contra o Programa Polis, não está contra o desenvolvimento da Costa da Caparica, o CDS está contra foi como este Programa Polis foi aplicado, como este Programa Polis foi vendido às pessoas e como este Programa Polis foi planeado, isso sim o CDS-PP está contra. Nós não estamos contra o desenvolvimento da Costa da Caparica. Inclusivamente na última Assembleia Municipal tivemos oportunidade de apresentar uma Moção onde apelávamos também ao desenvolvimento, neste caso através de uma Feira do Mar, como há por exemplo a Festa da Sardinha em Portimão, como o Festival do Marisco em Olhão, a qual caricatamente foi chumbada, mas dois meses depois aparece o Festival de Música na Costa da Caparica. Bem, já é qualquer coisa e por aí pode ser que as coisas se vão desenvolvendo e que as propostas para o desenvolvimento da Costa da Caparica vão aparecendo. Agora, a questão é esta, não podemos dar parecer favorável independentemente de nos preocuparmos bastante com esta situação, não vamos usar esta questão das intempéries da Costa da Caparica como



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

arma de arremesso, acho que fica aqui acima de tudo um alerta para a implementação dos outros Planos de Pormenor e relativamente ao processo que estaria em vista relativamente à concretização do Programa Polis, nomeadamente a questão e não estou a falar já diretamente só com as Terras da Costa, mas estou a falar com a erosão da Arriba Fóssil, isso é uma questão que também para o CDS-PP seria bastante cara e que efetivamente se calhar na prática não foi bem pensado. E portanto como seria por exemplo também a questão que seria no Pinhal do Inglês, são estes se calhar danos colaterais independentemente de ser uma das forças da natureza que como é evidente não está a acontecer só na Costa da Caparica, está a acontecer infelizmente em todo o País, mas que são situações que ao contrário do que aqui foi dito, devem ser melhor pensadas, melhor planeadas e o CDS-PP está neste momento e sempre esteve, aliás como sempre esteve, eu penso que seria neste caso de bom tom que as forças vivas do Concelho, e nomeadamente as da Costa da Caparica se juntassem à mesa e todos, todos os Partidos, sem armas de arremesso político finalmente de uma vez por todas conseguíssemos levar a bom tom este desenvolvimento que é para a Costa da Caparica.

Vamos votar contra, como é evidente, relativamente à Moção do PS e votar favoravelmente a Moção do PSD relativamente também a esta matéria.

Relativamente à questão do documento dos TST da CDU, o nosso voto é favorável, de qualquer forma não podemos deixar de dizer que as questões da mobilidade e dos transportes não tem a ver nomeadamente só com os detentores privados, digamos assim, desses mesmos meios de transportes. As vias de acesso, a sinalização, o pavimento também tem muito a ver com uma questão que nos preocupa, nomeadamente em Almada a nível de mobilidade. Aliás, há pouco dizia a Sr.^a Deputada da CDU que não existem caminhos de terra na localidade de Almada, no Concelho de Almada, eu acho que estas intempéries



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

acontecem todos os invernos no Vale da Sobreda. Portanto, para quem não conhece o Vale da Sobreda, estas intempéries semelhantes àquelas que existiram na Costa da Caparica estes dois últimos meses, acontecem todos os invernos no Vale da Sobreda.

Relativamente à questão da Moção do Garcia de Orta, com o estacionamento pago, o CDS-PP vai votar favoravelmente.

Relativamente à questão do amianto na Escola da Trafaria, o CDS-PP vai acompanhar também favoravelmente esta Moção, de qualquer maneira relembrar que, como aqui já foi dito também, que foi este Governo PSD/CDS-PP que em 2013 começou depois de um levantamento de alguns problemas, relativamente a esta situação nas escolas, foi feito esse mesmo levantamento e essas intervenções começaram exatamente em 2013. Temos indicação que a Escola da Trafaria é uma escola que está prioritária para essa mesma intervenção e portanto à partida a qualquer momento será para essa intervenção e o CDS-PP não poderá neste caso votar desfavoravelmente, vamos votar favorável esta Moção.

Relativamente à mesma questão do Serviço Nacional de Saúde e das urgências do Garcia de Orta, por parte do Bloco de Esquerda vamos também votar a favor e relativamente à via ciclável Cacilhas - Parque da Paz, pelo PS, votaremos também a favor.”

7.3.23 - O Sr. Deputado Municipal José Ricardo Martins - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu até posso concordar com esta Moção do PSD, que estratégia tem que ser criada para a Costa da Caparica, para a defesa costeira.

Mas quero-vos dizer meus amigos que este não é o tempo de estudar, este é o tempo de agir. E porquê? Porque além do cordão dunar fragilizado que temos na zona norte da Costa da Caparica, temos o paredão em péssimo estado, a dois passos da época balnear. Não



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

temos areia, e para lhe dar um exemplo e o Sr. Vereador António Neves sabe do que eu estou a falar, hoje com um mar de pico de maré com um metro e oitenta tivemos de novo o mar a entrar dentro do “Barbas”. Este não é tempo de estudar, este é tempo de agir. E exigir ao Governo que faça as obras, a APA neste caso, a Agência Portuguesa do Ambiente que faça as obras. Que requalifique os esporões, o paredão, o cordão de areia, aquela zona entre a praia do Norte e a praia do Inatel, uma obra que está há quatro anos projetada e que ainda não foi feita, porque se não houver investimento na Costa da Caparica também não há turismo.

Eu posso concordar com a estratégia que tem que ser pensada claramente. Mas agora é tempo de exigir e agir. E peço também ao Grupo Parlamentar do PSD que exija, quando não estão no Governo são tão peremptórios a exigir, agora que lá estão não se podem esconder atrás dos arbustos.”

7.3.24 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação à Moção do PS sobre a via ciclável, dar nota que vamos votar favoravelmente, mas gostaríamos de acrescentar aqui uns pozinhos, diz o povo e está normalmente certo que “depressa e bem, não há quem” e todos sabemos que aquilo foi feito à pressa. Há muitos casos que poderíamos estar aqui a elencar mas pedem-me para ser rápido e eu falo na Estrada do Brejo, a via ciclável passa junto à saída de duas oficinas, é insuportável isto acontecer. Num sítio onde entram e saem automóveis estarem as pessoas a passar de bicicleta. Portanto, chamar atenção para isso, para zonas do asfalto que estavam degradadas e que foram pintadas por cima.

Em relação às Moções do PSD, nós votaremos favoravelmente as duas, não votaremos favoravelmente a “Em Defesa da Costa”, neste momento vamo-nos abster, que não seja pelos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nossos votos que isto não se concretize, mas estamos plenamente de acordo com o que acabou de dizer o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica. Não estamos em tempo de continuar a pensar, estamos em tempo de agir, porque em defesa não só do património daquelas pessoas que ali estão, mas da população também.

Em relação à Moção sobre o incentivo ao arrendamento, dar nota também de que nós votamos favoravelmente, mas não nos esquecemos que foi este Governo pela mão do PSD e do CDS, que acabou com a Porta 65, e que criou esta Lei do Arrendamento. Disse a Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendes, injusta, lá está, questões de linguagem, para nós não é injusta, é criminosa.”

7.3.25 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dizer rapidamente algumas notas. Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendes, o problema não é “uma ou outra expressão”, o problema é uma reviravolta na Moção, isto sobre as questões da via ciclável, para podermos votar a favor, sendo que obviamente estamos disponíveis para trabalhar numa Moção que recomende tão só à Câmara que dê prioridade para aquela ciclovia.

Depois, Sr. Deputado Nuno Matias, sobre as questões da votação ponto por ponto, nós achamos que ir votar ponto por ponto altera a conceção da apresentação da Moção.

Depois, sobre as questões da Costa, há aqui uma questão que me parece relevante e por isso eu pedi para falar. É que a intervenção do Sr. Deputado, diz que para resolver de forma global, para além das questões das areias, precisa de haver outras discussões, outras abordagens no pleno técnico, então não se percebe se está de acordo, não se percebe porque é que se dissolve a Sociedade CostaPolis. Não se percebe. Porque obviamente nós estamos de acordo com o Sr. Presidente da Junta e aliás a nossa própria Moção, Já agora



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sr.^a Deputada Catarina Mendes, não tem nenhum vazio sobre a sua argumentação. Se votar a Moção da intempérie na Costa, da CDU, tem exatamente tudo aquilo que a Sr.^a abordou. E portanto é uma Moção global, que não está aqui a dizer se foi o Deputado da Nação ou se foi o Deputado Municipal. Já agora também posso informar, porque veio para a Assembleia Municipal, que o Grupo Parlamentar do PCP fez perguntas ao Governo, no sentido de acelerar a resolução do problema.

Já agora a mesma coisa em relação aos parques de estacionamento no Garcia de Orta. E portanto, dizer que efetivamente nós não estamos distraídos e pensamos que esta questão não são armas de arremessos políticos, ao contrário do Sr. Deputado do CDS. Quem está a fazer arremesso político é quem quer provavelmente responsabilizar quase exclusivamente pela situação na Costa, a aplicação de um programa com quem nunca concordou que é o Polis, isso é que é arremesso político, para não tomar posição. E portanto o que nós dizemos é que não estamos em tempo de estudo, estamos em época de resolução. E para isso é que existe um Governo que pode disponibilizar fundos para atacar aquilo que é fundamental. Portanto, tudo o que não seja assim, são paliativos e pensamos que as populações da Costa, o comércio da Costa, tudo na Costa já esperou demais. Daí nós acharmos que as Moções quer do PDS, quer do PS não responde plenamente, efetivamente às necessidades de intervenção urgente.”

7.3.26 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É muito rápido, Sr. Presidente. Era para não deixar de ficar ciente para esta Assembleia que quando nós falamos do ponto de vista técnico em relação às soluções estruturais, não põe em causa e eu procurarei destacar isso, a urgência em relação à ação que tem que ser tomada de defesa objetiva e urgente desde já, daquilo que são os problemas causados pelas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

intempéries, e pelas consequências gravosas que neste momento já existem de defesa daquilo que é a realidade objetiva da nossa Costa. E portanto que fique claro, quando eu ouvi dizer que agora é tempo de exigir e de agir, nós também exigimos que se aja, não é isso que está aqui em questão, a questão é que tudo aquilo que entretanto foi planeado ao longo do tempo e que nem sempre foi concretizado por um lado, mas que também nem sempre foi consensualizado sobre aquilo que deviam ser as ações estruturais, as ações periódicas de defesa costeira, essa avaliação técnica e essa decisão política, deve acompanhar a ação urgente que tem que ser tomada e uma não inviabiliza a outra e por isso é que nós não inviabilizamos nenhuma das outras Moções, que fique claro. Nós não estamos a tentar ganhar tempo. Nós queremos que se aja, nós somos coerentes a esse nível independentemente de quem está no Governo e portanto nós não exigimos no passado quando não éramos Governo e agora deixamos de exigir só porque somos, é verdade que agora se calhar temos outros constrangimentos financeiros, se calhar a responsabilidade não é de nenhum de nós aqui na sala, agora aquilo que é verdade é que somos coerentes, apesar dessa circunstância.

Em relação à Sociedade CostaPolis só deixar também bem claro que também não vale a pena misturarmos aquilo que são as defesas costeiras com aquilo que é a realidade da existência ou não da CostaPolis. Não temos acompanhado aquilo que é o esforço da Câmara e todos nós enquanto autarcas, no sentido de um processo de requalificação daquela zona estratégica do Município, agora nós sempre defendemos que independentemente de seja considerado CostaPolis, seja com outro mecanismo que se concretize aquilo que está planeado. Agora, temos consciência que a forma como a própria Sociedade tinha sido criada como modelo de financiamento que não era na nossa opinião desde o início exequível, punha em causa muita da obra que entretanto tinha sido projetada. Agora não misturamos também,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

apesar de tudo, a questão e a realidade da CostaPolis, com o problema das intempéries e da defesa costeira porque entendemos nós que há situações que podem ter alguma ligação, mas do ponto de vista estrutural elas não têm causa efeito em relação à sua realidade e em relação à nossa ação. E portanto o PSD tem acompanhado o esforço, porque entendemos que há questões que se sobrepõem àquilo que é a estratégia ou a decisão do ponto de vista processual, agora que fique claro que esta é uma questão que não tem a ver com tempo, não tem a ver com responsabilidades, tem a ver com ação independentemente seja qual for o modo de a concretizar.”

7.3.27 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Catarina Mendes (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu não tenho o Regimento presente, falha minha, quero perguntar se é possível baixar à Comissão uma Moção sem votação.”

7.3.28 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Tudo é possível desde que a Assembleia decida e o Regimento aceite.”

7.3.29 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Catarina Mendes (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito bem Sr. Presidente, e posso fazer um requerimento para que a Moção da ciclovia, apresentada pelo Partido Socialista depois da intervenção da Sr.^a Deputada Luísa Ramos, de tentarmos encontrar um bom texto que resolva aquele problema. O requerimento do Partido Socialista é no sentido que esta Moção possa baixar à Comissão sem votação. Não estamos a retirar a Moção, estamos a pedir que baixe a Moção à Comissão competente.”

7.3.30 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu iria começar por uma coisa que não foi colocada na mesa hoje, mas de qualquer maneira nós estamos em período de debate público do chamado plano de infraestruturas de alto valor acrescentado. No País estamos envolvidos com a questão do chamado terminal de águas profundas que esteve apontado claramente para a Trafaria, ele continua a ser apontado para o Porto de Lisboa, embora agora não se diga exatamente qual é a localização. A Associação que foi criada na Trafaria para protestar contra esta localização propõe-se realizar no dia vinte e três, às quinze horas e trinta no Auditório da Costa da Caparica, no Centro Comercial dos Pescadores um debate sobre este assunto. E portanto, Srs. Deputados estão todos convidados para comparecerem neste debate que também é de grande oportunidade.

Em relação ao conjunto de questões que aqui nos trouxe neste momento, só muito rapidamente sobre a questão do Teatro e do Prémio recebido, naturalmente que esse prémio é merecido por todas as razões que foram referidas, mas também sublinhar que há um grande investimento por parte do Município de apoio ao Teatro. Hoje a cultura aparece num plano, podemos dizer, não só nacional, europeu e até mundial como um valor acrescentado, fala-se nas vantagens competitivas, é o valor cultural que essas regiões podem oferecer até pela sua capacidade de atração ao chamado investimento de qualidade com as devidas aspas. Estou a usar a linguagem mais conforme com os cânones atualmente em vigor, mas isso consegue-se com uma aposta, com um investimento que nós assumimos plenamente. E portanto, é preciso sermos consequentes com estas apostas.

Sobre a devolução da Taxa de Passagem, naturalmente que registamos, não está pedido claramente a devolução, mas penso que é pertinente, está implícito, mas é pertinente a clarificação.

Em relação às questões do amianto. É uma preocupação para todos nós, conhecemos exatamente a dimensão deste problema, procurarmos que sejam utilizados os fundos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

comunitários no sentido da sua resolução, porque a sua dimensão provavelmente é muito maior do que aquilo que nós pensamos, mas intervir em todas as circunstâncias em que as estruturas estão degradadas e em que a possibilidade de exposição ao amianto seja maior.

Saúdo a disponibilidade para se encontrar uma solução para a questão da ciclovia, é matéria que já nos preocupava a todos antes de vir aqui e cuja solução estávamos a procurar encontrar, logo que as condições climáticas também pudessem facilitar a intervenção.

Em relação ao incentivo ao arrendamento, dizer-vos que ele consta como uma linha de orientação das Opções do Plano que foram aprovadas na Câmara e na Assembleia, portanto estamos nessa disposição e mesmo em relação ao Programa de Emergência e os apoios às pessoas que sendo proprietários das suas casas estão em risco de poderem ser despejadas, surgiu por iniciativa de um outro Município a possibilidade de eventualmente criarem condições para que haja um subsídio de apoio. Nós estamos a estudar isso. Se do ponto de vista legal as coisas estiverem conformes, avançaremos por aí.

Finalmente a questão da Costa da Caparica. A questão da Costa da Caparica ou melhor dizendo, da linha que une a Cova do Vapor até à Fonte da Telha, a nossa Frente Atlântica. É um problema da maior importância, aliás o Sr. Presidente da Junta já chamou atenção para isto, se não há praia, não há Costa.

Nós temos um projeto de um programa de promoção turística, mas para haver um projeto de promoção turística com sentido, é necessário que haja praia, para haver praia é preciso que haja areia.

É emblemático aquela coisa desgraçada do largo das Palmeiras, mas também é emblemático que frente às praias urbanas não exista areia e que não exista acesso às praias. Portanto, este é um problema da máxima urgência. E agora vou ser mauzinho, se este problema não se resolver até dia dezoito de maio, depois de dezoito de maio é que não se vai resolver.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Isso eu aposto. Se não se resolver até dezoito de maio, depois de dezoito de maio não se resolve este ano. E correndo o sério risco de facto não termos Costa da Caparica. Pelo menos na Frente Urbana de praias podemos correr esse risco. E todos sabemos que é assim, porque os que estão aqui sentados têm obrigação de saber que é assim, independentemente das forças políticas porque fomos eleitos ou porque foram eleitos, todos sabemos. Que o medo do voto das pessoas é aquilo que empurra muitas vezes a que as decisões sejam tomadas. Porque nós reunimos hoje com a APA, a APA sabe que são cinco a seis milhões a reposição da areia. Sabe que são seiscentos mil euros a questão da consolidação do paredão e dos esporões, não sabe exatamente qual é o valor das escadas para os acessos à praia, não sabe exatamente qual é o valor das reparações nas áreas de concessão, sabe que lhe custa quarenta mil euros as reconstruções da linha dunar em S. João, eles sabem, agora estão à espera das decisões políticas sobre a questão do financiamento e essa questão tem que ser tomada. E a questão da CostaPolis só aqui vem por causa da clarificação de interlocutoras, nós hoje não estamos a discutir CostaPolis, peço desculpa mas não misturemos as coisas umas com as outras. O que é necessário é que os concessionários dos apoios de praia que pagam as suas rendas à CostaPolis tenham do lado de lá uma resposta do seu arrendatário ou do seu proprietário, que, lhe diga o que é que vai fazer. Aquilo que eles desejam por exemplo, é que seja renegociados os contratos de concessão, mas para serem renegociados os contratos de concessão é preciso renegociar com alguém, um interlocutor. Ora bem, nós sabemos, e por isso é que a questão se apontou para o Governo e para a Assembleia da República, para que isto fique claro, aqui até estão pelo menos três ou quatro Deputados da Assembleia da República, e portanto vamos lá ver, o Governo responde perante a Assembleia da República, se tivesse tido um desastre na agricultura, um desastre das pescas, uma catástrofe qualquer da natureza, nós todos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

devíamos, não se faziam só procissões e missas, desculpem que vos diga, com todo o respeito pela fé de cada um, mas não se faziam só procissões e missas, verificamos que havia iniciativa política. O que se passa é do Litoral de cima abaixo, é Mafra que hoje me disse. “Sr. Presidente, faça lá uma proposta de um texto que é para nós colocarmos aqui também no Conselho Metropolitano para que também se faça força nesse sentido, porque temos lá quinhentos mil euros, neste caso são deles que lá estão a arder com quinhentos mil euros, porque as concessões em Mafra não estão a funcionar como as concessões aqui no nosso caso. Isto é um problema geral, e em relação aos outros sítios aquilo que foi dito é, há interlocutor, o Sr. Ministro disse, os Programas Polis assumem a condução dos processos de reparação, no nosso caso zero, zero. Isso é que é o problema. Portanto nós precisamos todos neste caso concreto, todos e todos com o Sr. Ministro do Ambiente; e todos com o Sr. Secretário de Estado, ou os Srs. Secretários de Estado com quem temos falado e com quem nos manifestámos sempre totalmente disponíveis para que se encontrem soluções. Agora, é necessário que do outro lado se faça alguma coisinha no sentido de que haja soluções efetivas dentro de um prazo que permita que a época balnear seja salvaguardada. Nós já dissemos, ainda hoje o Sr. Vereador dizia na reunião com a APA dizia, da utilização das máquinas dos SMAS que têm estado a fazer serviço para a APA, há aqui uma facturazinha que rondará os quarenta mil euros, quarenta mil euros que nós gastámos mas que são para fazer serviço da responsabilidade da APA. Portanto, também é necessário contar isso. Nós vamos contratar pessoal e vamos antecipar o período de limpeza de praias, já dissemos isso. Vamos fazer tudo que é para fim de abril seja possível, hoje ir-se-á aqui votar matéria que se relaciona com isso, para que a limpeza de praias se possa fazer de forma diária a partir do mês de abril, vamos tentar ampliar isso. Vamos, como já foi referido, vamos fomentar a intervenção no espaço público tendo em vista o apoio à reposição do mobiliário urbano



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

danificado, a limpeza das áreas envolventes e dos acessos, a adoção de medidas sinaléticas de estacionamento, o plano da promoção turística da Costa da Caparica. Vamos fazer um conjunto de ações, algumas que são da nossa área, mas outras não são nada da nossa área. Mas estamos disponíveis para fazer isso, fomentar a intervenção do espaço público. Não estamos a dizer que não vamos assumir responsabilidades, agora é necessário medir, não pode ser dizer, nós temos aqui dificuldades vejam lá vocês se fazem. Nós não estamos a brincar com estes assuntos. O dinheiro da Câmara Municipal de Almada não é dinheiro da Câmara Municipal de Almada, é dinheiro dos munícipes de Almada porque quando cobramos sabemos que estamos a cobrar e quando gastamos temos que saber o que é que estamos a gastar. Não é à nossa vontade, agora a APA ou outra instituição qualquer lembrem-se, estamos aqui à rasca vejam lá se nos ajudam. Nós não somos aqui rapazes amigos uns dos outros ou raparigas amigas umas das outras, e vice versa. Estas coisas têm que se tratadas com a devida seriedade e a devida responsabilidade. Sim senhor, há acordo sobre o Programa de Promoção Turística para fazer na época alta na qual o Festival irá fazer parte. Ponderámos se tínhamos condições ou se devíamos fazer o Festival ou fazer esta campanha já este ano, se estávamos em condições de fazer. Perante as circunstâncias que se nos colocaram estamos a fazer a aposta para que já este ano seja possível concretizar. E as ajudas que estão ao nosso alcance dar, estamos disponíveis para outras? Não, não estamos. Agora, deixem que vos diga, é preciso centrarmos as responsabilidades, nós não podemos ir ali à peixaria pedir carne e ir ao telho pedir peixe, não pode ser assim. Não podemos enganar os munícipes. O responsável, a chave do problema neste momento é a intervenção do Governo e tudo o que seja desviado para a Câmara, para a Junta de Freguesia ou para qualquer instituição que não o Governo, a responsabilidade em relação a isso, é estar a enganar as pessoas. Desculpem mas temos que ser muito claros sobre isto. É estar a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

enganar as pessoas, é desvia-las do centro, é estar a introduzir ruído no sistema, acho que devemos ser claros nisto. E aquilo que devemos dizer é, onde é que está o problema? Nada de confusões, todos podemos ter responsabilidades mais ou menos, todos podemos ter errado mais ou menos, mas eu penso que se cada um de nós for capaz de meter a mão na consciência em relação à situação que ali está e que temos ali pela frente percebe-se que é necessário que da parte do Governo haja uma atitude, é que não há uma atitude nem uma palavra. Esse é que é o problema. Não tem havido em relação aqui concretamente a nós, não tem havido. E portanto pensamos que estamos a chegar daqui a pouco ao início da época balnear, podemos fazer todos os estudos como aqui já foi dito, e provavelmente será necessário fazer os estudos, eu próprio já disse num dos encontros com a própria comunicação social que nós, repito aqui, que nós não sabemos a consequência de não termos levado até ao fim as intervenções que estavam previstas, não sabemos se as dinâmicas que ali estão introduzidas hoje são as mesmas que serviram de base à intervenção do ano dois mil, é uma pergunta que é legítimo fazer, e por isso admito que se possa fazer o dito estudo, mas o dito estudo não pode servir como aqueles inquéritos, quando há um problema que é para depois nunca mais solução e nunca mais saber quem é o culpado. A ver se nos fazemos entender sobre isto. Aquilo que é necessário fazer no imediato é a reposição das areias, consolidar as barreiras, reparar os danos causados nas instalações dos concessionários, fazer com que o paredão seja acessível, construir os acessos às praias, melhorar o aspeto e as condições urbanas na Costa da Caparica. Naturalmente nós também mesmo em relação à intervenção a fazer na rua dos Pescadores e que está programada e na área do Mercado e que não tem nada a ver com Polis, também em relação a essa procuraremos acelerar aquilo que é a nossa intervenção nessa zona. Não vos podemos garantir que a vamos fazer agora, mas vamos procurar acelerar a nossa intervenção nessa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

zona. Que seja claro, da nossa parte nós não faltaremos, é necessário é perceber que o essencial tem que ser feito neste momento pelo Governo. E a APA, não haja desculpas, os técnicos da APA e hoje provaram que sabem perfeitamente o que há a fazer. A única questão é que alguém tenha que pôr a assinatura. Faz-se, pague-se, ponha lá a assinatura, isso é que é. E essas pessoas é o Governo, como toda a gente sabe.”

7.3.31 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dentro deste espírito de cooperação entre a bancada da CDU e do Partido Socialista sobre como apresentar uma Moção que seja consensual, enfim, eu sugeria que esta Moção do Partido Socialista, votaríamos a favor dela e agora com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara apelando para o enfoque específico numa determinada situação, então aliás nós costumamos, é uma prática, pode ser diferente, mas até agora na exposição dos motivos, nos consideramos normalmente nós não identificamos os Deputados por Partidos, falamos dos eleitos na Assembleia e portanto, nessa perspetiva propor, já tive uma conversa com a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes e aceita aqui algumas alterações. No fundo é e nós aceitamos e votamos a favor, efetivamente retirar o terceiro parágrafo e o quarto, e depois no parágrafo que começa “realce para o facto de...” substituir por “ao longo dos anos tem-se assistido a pequenas intervenções para acudir às situações mais prementes.” O que se exige é uma intervenção que minimize a possibilidade. E nesta possibilidade eu permitia-me acrescentar, reforçando a intervenção do Sr. Presidente, na convergência de esforços para que o agente principal possa cumprir a sua missão e não se disperse, não nos dispersemos entre a Junta e a Câmara, que a parte deliberativa acabasse com o ponto dois e três e ficasse só com a parte deliberativa número um.”

7.3.32 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Catarina Mendes (CDU):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu permito-me brincar com um suposto manual de elaborar moções, não acho que esteja em causa.

Não chegamos a um esforço de consensualização alterando uma parte, o que significa que nunca é votada, que é a parte dos considerandos. Nós aceitamos alterar. Quanto ao ponto dois e três, eu percebo o esforço, percebo o discurso do Sr. Presidente, como acho que nós devemos perceber também a nossa posição do Grupo Parlamentar dos Eleitos do Partido Socialista. E por isso mesmo a mim acho que só reforço o discurso do Sr. Presidente da Câmara, dizer que a Câmara Municipal de Almada pugne junto do Governo para que o Programa Polis seja prolongado no tempo, até pelo menos o ano dois mil e dezassete.

Quanto ao terceiro ponto, Srs. Deputados eu percebo que é meia noite e meia e aliás pedia-lhe Sr. Presidente que amanhã o primeiro ponto fosse mesmo a votação das moções. Eu sou muito do apelo à conciliação da vida familiar com a vida profissional e estas coisas têm horários e portanto solicitava que fossem votadas amanhã. Amanhã é só votação e não há discussões. Até me dá tempo para pensar sobre o número três e poder eventualmente reformular, Sr.^a Deputada Luísa Ramos.

Ó Sr. Presidente, pode fazer tudo como diz o Sr. Presidente Maia, nós não sabemos o Regimento, podemos alterar aqui coisas, normalmente estas alterações Sr. Presidente são dos eleitos municipais, mas acho que deve falar com o Grupo Municipal da CDU a propor.

A Câmara Municipal de Almada, e isto parece-me objetivo, nos territórios nos quais tem competências quer continuar a assumir as suas responsabilidades? Também está bem. Continua a assumir as suas responsabilidades, atue com diligência ou continue a atuar com diligência, parece que a requalificação urbana ambiental que a Costa tanto necessita não fique eternamente adiada, porque senão Sr. Presidente e Srs. Deputados ficaremos com os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- estudos do PSD, com certeza, porém que as areias não chegarão, que o problema não se resolverá e que os concessionários continuarão sem interlocutor, sessenta por cento no Governo, quarenta por cento na Câmara, nós temos que encontrar uma solução. E por isso concordamos sobre uma melhoria do ponto três, mas que a nós neste momento não estávamos em condições de retirar.”
- 8 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião a realizar dia 20 de fevereiro.
- 9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves; Maria Amélia de Jesus Pardal; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo Vitorino; Maria Teodolinda Monteiro Silveira; Francisca Luís Baptista Parreira; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; António José Pinho Gaspar Neves; Francisco Miguel Pereira Cardina.
- 10 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, da Sr.^a Jurista Teresa Canarias e do Sr. Jurista Luís Brito de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de sessenta e sete Srs. Munícipes.
- 11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H35 do dia 20 de fevereiro de 2014.
- 13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O

PRESIDENTE _____

—

A 1ª

SECRETÁRIA _____

A 2ª

SECRETÁRIA _____